

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG JEFERSON DENIS CRUZ DE MEDEIROS

BRASIL, OS PAÍSES DA COSTA OESTE AFRICANA E A SEGURANÇA MARÍTIMA NO

ATLÂNTICO SUL:

Cooperação e reflexos para a Marinha do Brasil, no início do século XXI.

Rio de Janeiro

2015

CMG JEFERSON DENIS CRUZ DE MEDEIROS

BRASIL, OS PAÍSES DA COSTA OESTE AFRICANA E A SEGURANÇA MARÍTIMA NO
ATLÂNTICO SUL:

Cooperação e reflexos para a Marinha do Brasil, no início do século XXI.

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval como requisito parcial para conclusão
do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Francisco Eduardo
Alves de Almeida.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2015

DEDICATÓRIA

Aos saudosos pais Vicente e Marilene (*in memoriam*) pelo dom da vida e por guiar-me os primeiros passos no caminho da educação e dos estudos, dedico e elevo uma prece: Deus os ilumine e os guarde em Vossa bondade!

Ao carinho expresso em palavras de incentivo e compreensão pelos momentos de afastamento necessários para concluir este empreendimento: “fazer a África”, dedico à minha esposa amada Ivana e aos meus filhos queridos Giovana e Mateus meu amor e minha eterna gratidão a Deus por juntar nossos caminhos.

Estamos todos juntos aqui!

AGRADECIMENTOS

Aos Mestres e Instrutores do Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2015, e aos autores das obras pesquisadas neste trabalho, sejam as primeiras palavras dirigidas, pois sem vossas luzes ainda estaria mais *alumno*, muito obrigado!

Aos dedicados servidores da Biblioteca da EGN que, prestativos e solidários, nunca negaram um sorriso, mesmo no último minuto, antes do horário de fechar as portas e encerrar a jornada: sejam felizes!

Agradeço, em especial, ao meu orientador CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida, pela amizade, paciência e orientações seguras que foram inspiração constante, desde o projeto até conclusão, desta etapa da pesquisa monográfica: muito obrigado e continuado sucesso!

Aos Oficiais e Praças do C-PEM pela amizade e apoio irrestrito, nas diversas demandas desses alunos sempre afainados: estamos juntos!

Aos amigos da Turma C-PEM 2015 e da AT-90, os guerreiros das melhores batalhas, obrigado pela amizade e apoio em todos os momentos: saúde e sorte!

A Deus, que em Sua dádiva me concede vida e saúde para redigir mais essas linhas...sigo Vossas ordens e o rumo da gratidão por tantas graças recebidas: peço Vossa benção a todas as crianças deste mundo, pois somente elas para mudar realidades tão desumanas!

RESUMO

Separados pela tectônica de placas e deriva continental, a projeção do Brasil para a área marítima do Atlântico Sul, além de estratégica, é mais ampla, pois traz no bojo a cooperação como mecanismo de reaproximação histórica da América com a África, de onde herdamos nossa cultura e o que queremos ser: livres e com igualdade de oportunidades. Por sua vez, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro alertam para aproximação de potências tradicionais e emergentes com poder econômico e militar expressivos, tanto no Atlântico Sul como na costa africana. A abundância de recursos contrapostos às fragilidades são as maiores vulnerabilidades somados aos riscos globais ambientais, à disputa pelas reservas de recursos energéticos, à fome e desigualdades latentes na África, à definição de soberania e a exploração de recursos naturais localizados nos fundos marinhos. A capacidade de dissuasão e a segurança marítima no Atlântico Sul passam pelas Forças Armadas, equipadas e preparadas mediante o desenvolvimento de projetos estratégicos que garantam o trinômio monitoramento/controle, presença e mobilidade: a saber, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) e Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Ampliar a cooperação em parcerias estratégicas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), das cúpulas América do Sul-África (ASA) e Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), lusófonos ou não. Formar e capacitar pessoal, equipar com navios-patrolha e, futuramente, com submarinos e aeronaves de patrulha marítima produzidos no País, desenvolverá a Base Industrial de Defesa nacional e reforçará a estratégia prevista na Política Nacional de Defesa (PND), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN): a dissuasão. Há uma capacidade de influência: legitimidade como a força da sabedoria. Essa iniciativa pode ser orientada à criação dos órgãos de segurança daqueles Estados, no que diz respeito ao mar. Citam-se os exemplos de cooperação com a Namíbia, Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde para a capacitação de pessoal e a formação de uma ala naval e guarda costeira. Outro exemplo prático, é o apoio ao combate a ilícitos no mar, às ações antipirataria e roubo armado de navios com a participação de meios navais, de forma concertada, cooperativa e multilateral, observando-se os preceitos normativos da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar. Expandir a segurança marítima por meio do SisGAAz até a costa oeste africana inseridos numa visão holística de gestão e governança para o Atlântico Sul, proposto como o Sistema de Gestão e Governança do Atlântico Sul (SISGAS). Por fim, despertar a mentalidade marítima nos povos da região para o uso sustentável dos recursos do mar e os laços de cooperação e fraternidade com os países sul-americanos e da costa oeste africana, em prol da segurança marítima e do Atlântico Sul, ecoando o desejo de um Brasil altivo como o fizeram Rui Barbosa, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro e Armando Amorim Ferreira Vidigal, entre tantos outros ilustres geopolíticos e estrategistas navais, que guardam o orgulho do Brasil e de sua Marinha, a Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Brasil, Segurança Marítima, Governança, Atlântico Sul, África, Marinha e Cooperação.

ABSTRACT

Insulated by islands tectonics and continental drift, projection of Brazil toward South Atlantic maritime area, beyond strategic and wider, brings cooperation as tool for historical approach among Africa and South America, from where we inherit our culture and perspective: freedom and development opportunities. On the other hand, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro have been warning to central's and emergent's countries approximation with economic and military strength, thus in South Atlantic as well as african west coast. Resources abundance compared to the countries fragilities' summed to global environment risks figured out by energetic resource reserve contest, scarce of food and inequalities in african nations, the sovereignty on marines seabed resources are the most concerns and vulnerabilities. Dissuasion capabilities and maritime security rely on well equipped and prepared Armed Forces upon strategic projects development in order to assure vigilance and control, presence, mobility, it mentions: SISFRON, SisGAAz, SIPAM, PESE and PROSUB. Enforce cooperation in strategic partnership in the context of ZOPACAS, CPLP, ASA and IBSA summit, portuguese speech countries or not, to get together and form personnel, equip supply and equip with patrol boat and, who knows in the future, submarines, maritime patrol aircraft built in Brazil, will develop national defense industry base and reinforce as foreseen in PND, END, and LBDN: the dissuasion. Non interference or expansionary, looking for pacific solution to the conflicts, by respectfully the sovereignty and self determination of countries' people', it enhances Brazil's capability of influence: legitimacy as wisdom strength. Cooperation examples can be observed in Namibia, Sao Tome and Principe, Cape Vert, focused on personnel education and navy and coast guard services. Fighting against transnational crimes at sea, antipiracy and armed robber over ships in concerted, cooperative and multilateral basis, yet taking in account international rules of UNCLOS. Widespreeding SisGAAz till african west coast and ZOPACAS countries under a holistic view of management supervising and governance to the South Atlantic as a whole, this author state the South Atlantic Governance and Management System (SISGAS), not only to brazilian people but to all south american and african neighbors. Ultimately, shake people's maritime awareness to the sustainable use of sea resources and friendship and cooperation with south americans and africans west coast countries, focused on maritime and south atlantic security, promulgating the inspiration of proud Brazil as has been done by Rui Barbosa, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro e Armando Amorim Ferreira Vidigal, among most honorable geopolitics and naval strategists who keep proud of Brazil and their Navy, the Brazilian Navy.

Keywords: Brazil, Maritime Security, Governance, South Atlantic, Africa, Navy and Cooperation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	- Recursos minerais por países na América do Sul	23
QUADRO 2	- Extensão do litoral africano e nº de países banhados	27
QUADRO 3	- Costa oeste africana: indicadores econômicos e populacionais (2014) ...	39
QUADRO 4	- África subsaariana: principais riscos globais	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIS	- Sistema de Identificação Automática (<i>Automatic Identification System</i>)
AJB	- Águas Jurisdicionais Brasileiras
BID	- Base Industrial de Defesa
CAMAS	- Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCTA	- Comissão de Cooperação Técnica da África
CEEAC- (ECCAS)	- Comunidade Econômica dos Estados da África Central (<i>Economic Community Central African States</i>)
CEDEAO (ECOWAS)	- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (<i>Economic Community of West African States</i>)
CEPE	- Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval
CGPD	- Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CGG	- Conselho do Golfo da Guiné
CIAA	- Centro de Instrução Almirante Alexandrino
CIAW	- Centro de Instrução Almirante Wandelkolk
CLA (EAC)	- Comunidade do Leste Africano (<i>East African States</i>)
CNUDM	- Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
DHN	- Diretoria de Hidrografia e Navegação
EGN	- Escola de Guerra Naval
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
ENABED	- Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa

EN	- Escola Naval
END	- Estratégia Nacional de Defesa
EPM	- Ensino Profissional Marítimo
ERG	- Elevação do Rio Grande
EUA	- Estados Unidos da América
FAMA	- Fundação para a Assistência Mútua da África
<i>FOCAC</i>	- Fórum de Cooperação China-África (<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>)
<i>G7++FOGG</i>	- Fórum G7 mais os Amigos do Golfo da Guiné (<i>Friends of Gulf of Guinea</i>)
<i>GoG</i>	- Golfo da Guiné (<i>Gulf of Guinea</i>)
IBRAM	- Instituto Brasileiro de Mineração
IBAS	- Fórum Índia – Brasil – África do Sul
<i>IMB-ICC</i>	- Escritório de Comércio Marítimo da Câmara Internacional de Comércio (<i>International Maritime Bureau of International Chamber of Commerce</i>)
<i>IMO</i>	- Organização Marítima Internacional (<i>International Maritime Organization</i>)
<i>ISBA</i>	- Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (<i>International Sea Bed Authority</i>)
LBDN	- Livro Branco da Defesa Nacional
LEPLAC	- Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MB	- Marinha do Brasil
MD	- Ministério da Defesa
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONU	- Organização das Nações Unidas
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSPAA	- Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia
OTCA	- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OUA	- Organização da Unidade Africana
PACCD	- Programa de Cursos de Curta Duração para Aquaviários Estrangeiros
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC-G	- Programa de Estudantes e Convênio em Graduação
PIB	- Produto Interno Bruto
PND	- Política Nacional de Defesa
PNM	- Programa Nuclear da Marinha
PPGEM	- Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos
PROANTAR	- Programa Antártico Brasileiro
PROSUB	- Programa de Desenvolvimento de Submarinos
REMLAC	- Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira
REVIMAR	- Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha
SAR	- Busca e Salvamento (<i>Search and Rescue</i>)
SisGAAz	- Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SisGAS	- Sistema de Gestão e Governança do Atlântico Sul
UA	- União Africana
UE	- União Europeia
UNASUL	- União de Nações Sul-Americanas
WEFA	- Fórum Econômico Mundial para África (<i>World Economic Forum on Africa</i>)
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ASPECTOS DA GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA DO BRASIL E DOS PAÍSES DA COSTA OESTE AFRICANA	17
2.1	Entorno estratégico brasileiro	18
2.2	Inserção geopolítica do Brasil	22
2.3	Aspectos físicos do continente africano	26
2.4	A estratégia das ilhas costeiras e a partilha do continente	30
2.5	As explorações preparatórias, o colonialismo e seus reflexos	31
2.5.1	Do tribalismo à balcanização	33
2.6	A independência e a formação dos blocos de países africanos	36
2.7	Aspectos geopolíticos da África atlântica	38
3	O BRASIL E A SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL	43
3.1	O Atlântico Sul no entorno estratégico brasileiro	44
3.2	Pensamento estratégico naval brasileiro	46
3.3	Geração de instabilidade no Atlântico Sul	54
3.3.1	Petróleo e pirataria na instabilidade do <i>GoG</i>	55
3.4	China na África	57
3.4.1	<i>FOCAC</i> : cooperação ou consenso de Pequim?	59
3.4.2	Fórum de Macau: consenso de Pequim versus CPLP ?	61
3.5	Estados Unidos da América e União Europeia na África	63
3.5.1	G7++FOGG <i>versus</i> Pirataria ou G++FOGG <i>versus</i> FOCAC?	65
3.6	Forças Navais na região	67
3.6.1	Força Naval da União Europeia	67

3.6.2	Força Naval dos EUA	68
3.7	Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul	69
3.7.1	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul	73
4	COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS.....	74
4.1	Cooperação brasileira como ferramenta de <i>soft power</i>	74
4.2	Cooperação para a segurança alimentar	75
4.3	Cooperação na área de educação: apoio técnico no âmbito da Defesa	76
4.4	Fomento à capacidade naval dos países africanos: dissuasão distribuída.....	79
4.5	Atlântico Sul: consciência situacional marítima compartilhada.....	81
5	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE A - Principais expedições de exploradores europeus ao continente africano: séc. XVIII e XIX	94
	APÊNDICE B - Formação de uniões efêmeras nos movimentos de emancipação africana.....	95
	APÊNDICE C - Formação de blocos regionais africanos.....	96
	APÊNDICE D - Costa oeste africana: indicadores econômicos e populacionais	97
	APÊNDICE E - Portos ao longo da costa africana	99
	APÊNDICE F - Cooperação em capacitação na MB: Brasil – África 2015.....	100

1 INTRODUÇÃO

As ligações físicas da América do Sul, onde se insere o Brasil, à África remontam ao período jurássico médio¹ por meio do pré-histórico continente de Gondwana, que integrava a massa terrestre de ambos os continentes. A teoria da deriva continental e tectônica de placas dá luz à separação lenta e gradual dessas grandes formações geológicas que tiveram como resultado o surgimento de África e América do Sul (PANGEA, 2015). Continentes com características físicas e geográficas independentes, mas que guardam aspectos semelhantes, posicionados em sua quase totalidade na região intertropical de ambos hemisférios, dispõem do oceano Atlântico a se interpor ou, como se pretende propor neste trabalho, contribuir para a integração sócio-econômica e de segurança e defesa, resgatando a união de outrora.

Antecedentes geohistóricos mais recentes inter-relacionam o Brasil ao continente africano, em especial aos países da costa oeste, que trazem reflexos até os dias de hoje. Seja pela mesma origem do descobridor europeu, os portugueses que, singrando os mares em busca da rota para as Índias, no final do século XV e ao longo dos séculos XVI e XVII, promoveram entre os continentes o intercâmbio étnico, linguístico, comercial e econômico, ao promover intenso fluxo de indivíduos da África para o Brasil, na condição de mão obra escrava; seja pelo mesmo palco comum compartilhado para todos esses eventos, o oceano Atlântico. Os laços resultantes são marcantes e estão em vários traços culturais, o que desdobra, em larga medida, para que as aspirações em muito se assemelhem² (CASTRO, 1981).

Assim como os descobridores e colonizadores portugueses, também pelo mar

¹ A teoria da deriva continental e tectônica de placas que deu origem aos atuais continentes conforme os conhecemos. **LA PARTICION DEL SUPERCONTINENTE PANGEA**. Disponível em: <bibliotecadigital.ilce.edu.mx/sites/ciencia>. Acesso em: 18 mar. 2015.

² Os estudos geopolíticos de Therezinha de Castro a credenciaram como representante da 3ª geração de autores da Escola Brasileira de Geopolítica a pensar o futuro e as ações para o Brasil ser grande entre as nações. Destaca-se pela defesa das ações no Atlântico Sul e pela presença brasileira na Antártida (FREITAS, 2004).

vieram aqueles que desejavam se opor à coroa lusitana e, de forma semelhante, explorar as riquezas existentes, ou mesmo, para fixar-se, fugindo dos conflitos de origem religiosa que grassavam no continente europeu. Não obstante a essas investidas, pelo mar foi possível à metrópole manter coesa a colônia brasileira e promover as comunicações entre os rincões isolados no período colonial. Mesmo após o “Grito do Ipiranga”, em 1822, no mar travaram-se as lutas pela consolidação da independência³, palco para o florescimento da então Marinha de Guerra nacional e de seus primeiros heróis, mantendo-se a unidade territorial de Norte a Sul do jovem Império do Brasil.

No Atlântico, nos dois conflitos de proporções mundiais ocorridos no século XX, após o torpedeamento de navios mercantes de bandeira brasileira, o País se envolveu e foram desenvolvidas ações pela Marinha do Brasil (MB) que favoreceram as contendas em prol dos aliados, sem deixar o Brasil de fazer valer a vontade nacional e defender a soberania no mar, com o sacrifício e perda de vidas decorrentes. Após a II Guerra Mundial, o processo de independência das antigas colônias europeias tomou vulto, dando origem a novos países na Ásia, Oceania e África, tendo o Brasil apoiado de forma pragmática os Estados que se formavam, mantendo sua atuação junto à Organização das Nações Unidas (ONU) (LIGIERO, 2011).

Consolidadas as fronteiras terrestres continentais, tanto do Brasil como desses países, apresenta-se ainda como desafio a definição e reconhecimento das últimas fronteiras: as marítimas oriundas das deliberações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em especial, aquelas associadas aos conceitos de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e plataforma continental. Nesse caso, ao Brasil e aos países atlânticos, lindeiros da

³ Não possuindo um exército ou marinha nacionais, D. Pedro I precisou contratar militares franceses e ingleses e formar milícias para combater os movimentos de resistência leais à corte. Destacam-se: os ingleses Lord Cochrane e John Taylor; e o francês Pierre Labatut. Em 1825, o então jovem Joaquim Marques Lisboa, aos 16 anos, a bordo da Fragata Niterói sob o Comando de John Taylor, participou dos combates e do acompanhamento à força naval portuguesa até a costa de Portugal. Disponível em: <www.mar.mil.br/dphdm/pesq/tamandare/saibamais.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015.

costa oeste africana e da costa leste da América do Sul, o tema ganha relevância em face dos potenciais recursos a serem acrescidos a esses Estados ribeirinhos, bem como aos questionamentos ou disputas por soberania quanto às áreas marítimas e seus usos (MORE, 2014).

Foram vários anos de pesquisas e levantamentos oceanográficos conduzidos por navios da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN)⁴ que permitiram ao Brasil apresentar seu pleito e obter resultados satisfatórios junto aos peritos da comissão de limites da ONU.

Essas áreas marítimas que abrangem a soma da ZEE mais a plataforma continental são significativas e, no caso do Brasil, correspondem a cerca de 4,5 milhões de km², o equivalente a quase 50% do território continental. Somado ao intenso uso do mar e das águas litorâneas para o tráfego marítimo de comércio exterior, à já avançada indústria de exploração de recursos energéticos no mar, acrescentam-se as riquezas minerais⁵, a biodiversidade existente nessa região estratégica a que a Marinha do Brasil (MB) cunhou de Amazônia Azul (BRASIL, 2015d). Os estudos iniciais apontam ser de grande monta o potencial existente, implicando que a garantia de seu pleno domínio e transmissão às gerações futuras de brasileiros, dependerá da capacidade do Brasil em preservar e defender seus interesses no Atlântico Sul.

Isso fica reforçado nas palavras do Comandante da Marinha, em sua exposição de início dos Cursos de Altos-Estudos de Política e Estratégia, em 2015, ao enfatizar a Amazônia Azul e os países da costa oeste africana como abrangidos no entorno estratégico de interesse do Brasil, incluindo-se o Atlântico Sul e parte do mar do Caribe e Antártica (FERREIRA,

⁴ O Levantamento da Plataforma Continental brasileira (LEPLAC) é um marco da MB, em apoio ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), para a definição da soberania do Brasil sobre os limites de seu território no mar e avaliação do potencial mineral (REMLAC) e da biodiversidade dos recursos vivos existentes (REVIMAR). Disponível em: <www.marinha.mil.br/sic/amazonia-azul.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015.

⁵ A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) coordena a realização de pesquisas e trabalhos visando a futuras explorações, a saber: Alemanha, China, Coreia do Sul, França e Índia. O Brasil por meio do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) obteve autorização para desenvolver pesquisas na Elevação do Rio Grande (ERG) na ZEE brasileira. Disponível em: <www.ibram.org.br/150/150010>. Acesso em: 7 mar. 2015.

2015). Os esforços do Brasil para contribuir com a manutenção da harmonia e ordenamento no Atlântico Sul que garantam, por meio do uso sustentável do mar, condições de pleno progresso e desenvolvimento dos países limieiros que compõem esse complexo de segurança regional (BUZAN, 1998) são exemplificados com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁶ e do esforço de integração da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁷.

Apesar desses esforços, eventos de crimes transnacionais, pesca predatória, ataques a instalações e infraestrutura de exploração e exploração de recursos energéticos com impacto ambiental, roubo armado de embarcações e pirataria no mar, nas proximidades do continente africano, vêm provocando aumento da insegurança regional (PEREIRA, 2013). Esse quadro se apresenta desafiador aos interesses do Brasil, à medida que se observa a aproximação sistemática de outros Estados extracontinentais desenvolvendo ações de várias naturezas, destacando-se os Estados Unidos da América (EUA), China, Reino Unido e França.

Para o Brasil e os países limieiros do continente africano a segurança marítima no Atlântico Sul é estratégica em face das rotas marítimas que interligam os continentes e suportam o comércio exterior, bem como pela descoberta e exploração de recursos energéticos nas áreas marítimas de interesse. Assim, o presente trabalho permitirá ampliar a compreensão do atual grau de inserção do Brasil junto aos países da costa oeste africana, bem como identificar as ameaças atuais e suas implicações à segurança marítima no Atlântico Sul. Assim, é objetivo deste autor verificar possíveis contribuições em prol da segurança marítima no Atlântico Sul, em especial identificar as possíveis ações de cooperação do Brasil junto aos

⁶ Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) – Fórum estabelecido junto à ONU, em 1986, pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com o propósito de estabelecer um ambiente livre de conflitos e proliferação de armas nucleares pelos países limieiros ao Atlântico Sul. Atualmente conta com 24 países signatários.

⁷ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – formado por Estados-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Disponível em: <www.cplp.org>. Acesso em: 18 mar. 2015.

países da costa oeste africana e seus reflexos para a Marinha do Brasil.

Para tal, no capítulo 2, serão identificados os aspectos da geopolítica e geoestratégia do Brasil pontuando alguns estudiosos e geopolíticos brasileiros, inserindo suas contribuições ao pensamento estratégico nacional; para ampliar a compreensão dos fatores que deságuam no quadro de instabilidade do continente africano, serão verificados antecedentes geohistóricos da formação dos países da África, bem como alguns aspectos geopolíticos dos países da costa oeste africana, a partir do início do século XXI.

A identificação do entorno estratégico brasileiro, onde se insere o oceano Atlântico, com ênfase em sua porção sul, e considerações sobre o pensamento estratégico naval brasileiro serão conduzidas à luz das reflexões do almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal. Por sua vez, os pensamentos de Alfred Tahyer Mahan, Jullian Corbett e Geoffrey Till serão inspirações para associar a atuação do Brasil no Atlântico Sul. Também serão identificadas as ameaças à segurança marítima nas proximidades do continente africano, com ênfase as que fomentam a aproximação de potências e forças navais extrarregionais, nas águas adjacentes ao litoral da África ocidental, que permitam identificar oportunidades para mitigá-las ou ampliar as ações de monitoramento e controle que maximizem a segurança marítima no Atlântico Sul; tópicos que serão percorridos no capítulo 3.

No capítulo 4, serão analisadas as ações em andamento e outras identificadas como oportunidades de colaboração para ampliar a cooperação com os países em desenvolvimento do continente africano, em especial aquelas associadas com a ampliação do poder marítimo e ampliação da capacidade de controle e governança no mar aos países litorâneos da costa oeste africana e seus reflexos para a Marinha do Brasil.

Por fim, no capítulo 5, serão apresentadas considerações finais e a conclusão.

2 ASPECTOS DA GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA DO BRASIL E DOS PAÍSES DA COSTA OESTE AFRICANA

Coube aos geopolíticos trazerem à baila a contribuição da geografia para orientar a política na condução dos interesses do Estado brasileiro. Therezinha de Castro é reconhecida por Freitas (2004) “como insuperável em sua pregação geopolítica de elencar o Brasil em meio das grandes áreas estratégicas do mundo atual, cenários crescentemente preocupantes para a inteligência da ilustre professora” (FREITAS, 2004). Carlos de Meira Mattos traduz o que alguns geopolíticos proclamavam: “se o território representa o corpo do Estado, então a fronteira é a sua pele” (MATTOS, 2011b). O fato é que a definição das fronteiras terrestres brasileiras é uma epopeia à parte que marcou o esforço e os feitos da gente lusitana nas Américas.

Iniciada pelos Bandeirantes e Entradistas; demarcadas em seus pontos críticos e limítrofes por uma série de obras de arte na forma de engenharia militar, os fortes; confirmadas no Tratado de Madri com a assessoria eficaz de Alexandre de Gusmão⁸, foi articulada, logo após proclamada a Independência, por José de Bonifácio. Contudo, data do fim do século XIX e início do século XX, a consolidação das fronteiras terrestres brasileiras, em momento de instabilidade com a fragmentação da América espanhola, pela articulação e trabalho de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, fazendo do Brasil, segundo Meira Mattos (2011b): “uma Nação satisfeita territorialmente e sem pretensões expansionistas em relação a outros povos e territórios”. O historiador Helio Vianna, citado por Carlos de Meira Mattos (2011b), assim resume a gestão destacada do diplomata brasileiro:

A política exterior da República, da proclamação da independência ao fim do governo do Sr. Getúlio Vargas, pode ser dividida em três períodos distintos: antes, durante e depois da gestão do Barão do Rio Branco na pasta das Relações Exteriores (MATTOS, 2011a, p.74).

⁸ Ao discorrer sobre as fronteiras brasileiras, Meira Mattos ressalta Alexandre de Gusmão pela articulação no Tratado de Madri, valendo-se do princípio do *uti possidetis*, que deu a Portugal, na disputa com Espanha, a posse das terras desbravadas pelos Bandeirantes, a oeste do Tratado de Tordesilhas, (MATTOS, 2011a, p.67).

Por sua vez, a Nação brasileira, por meio da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), apresenta por princípios: “a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da Paz e a solução pacífica dos conflitos” (BRASIL, 1988).

Essa internalização no documento maior do País de uma postura pacífica e não expansionista em relação a vizinhos regionais ou intervenções nos assuntos domésticos de Estados soberanos é estratégica e, segundo o ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, “facilita a inserção do Brasil como provedor de paz e de soluções baseadas em consenso” (AMORIM, 2013). Também tem se mostrado como elemento catalizador na aproximação aos Estados, ditos em desenvolvimento, junto aos organismos internacionais e fóruns de debates dos diversos temas que estão na pauta da comunidade internacional, tornando-se o Brasil, em muitos casos, porta-voz da vontade desse conjunto de países que aspiram por mais espaço no conjunto das nações. Segundo Sousa (2013)⁹, ela permite ao Brasil estabelecer como objetivos nacionais de defesa: “contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacional; e contribuir para a estabilidade regional no entorno estratégico” (SOUSA, 2013). Contudo, não sendo tão evidente, cabe-nos ampliar a visão sobre o tema.

2.1 Entorno estratégico brasileiro

Não obstante, o conceito de entorno estratégico, que ficou adormecido nas décadas de 1980 e 1990, é despertado na elaboração dos documentos de alto nível da Defesa Nacional, após a criação do Ministério da Defesa, em 1999, a saber: Política Nacional de Defesa (PND)¹⁰ (BRASIL, 2013a), Estratégia Nacional de Defesa (END)¹¹ (BRASIL, 2008) e

⁹Aula inaugural dos cursos de altos estudos militares, em 2013: “o Entorno Estratégico brasileiro e as perspectivas de cooperação da MB” proferida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada.

¹⁰Decreto Legislativo n. 373/2013, de 25 de setembro de 2013, dispõe sobre a Política Nacional de Defesa (PND). Disponível em: <www2.camara.gov.br/decreto_legislativo_373v_v25_setembro_2013-7770>. Acesso em: 22 jul. 2015.

¹¹Decreto n. 6.703, de 18 dezembro de 2008, aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END). Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)¹² (BRASIL, 2013b). Carmona (2013) o define “como a região que circunda o território nacional e sobre o qual o Brasil tem especial interesse de projetar influência e poder” (CARMONA, 2013, p.344). Segundo a mesa redonda que debateu o entorno geoestratégico brasileiro, durante o VII ENABED¹³, duas razões principais impactaram, ao longo do tempo, para a não declarada definição dessa região:

a) uma endógena, calcada na própria dimensão continental do território brasileiro e à dificuldade para integrá-lo plenamente (por exemplo, a região amazônica e os vazios do centro-oeste), também percebidos e assinalados por Meira Mattos (MATTOS, 2011b).

b) outra exógena, associada às pressões exercidas por forças estrangeiras contrárias à autonomia de um pensamento estratégico autóctone que, ao longo do século XX, em maior ou menor grau, condicionaram seu desenvolvimento.

A lógica, segundo Carmona (2013), é simples: “menor autonomia no pensamento estratégico se traduz em menor interesse em garantir um entorno menos influenciado por potências centrais” (CARMONA, 2013, p.345).

Assim, em não tendo pretensões imperialistas, ao Brasil interessa projetar influência sobre seu entorno, **antes de tudo**, para dissuadir influência de outras potências cuja presença possa criar constrangimentos, ou mesmo obstáculos, ao desenrolar do projeto nacional brasileiro. Também da CRFB (1988), pode-se extrair o embrião da definição do alcance do entorno estratégico brasileiro em um de seus princípios fundamentais, disposto no parágrafo único, que determina: “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988).

¹²Decreto Legislativo n. 373/2013, de 25 de setembro de 2013, dispõe sobre o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN). Disponível em: <www2.camara.gov.br/decreto_legislativo_373v_v25_setembro_2013-7770>. Acesso em: 22 jul. 2015.

¹³VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), realizado de 4 a 8 de agosto de 2013, em Belém-PA, que teve como tema: **Defesa da Amazônia**. Disponível em: <http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/DOCUMENTOS/PROEX/EDITAL_ENABED_2013.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

O conceito de comunidade, aí exposto, remete ao senso de pertencimento e, nesse ponto, ressalta-se a assertiva de Sousa (2013) ao mencionar que “o conceito de segurança, antes somente focado no aspecto militar, agora se espraia para o político, econômico, social, cultural e ambiental” (SOUSA, 2013); o que guarda aderência com os novos arranjos de segurança ampliada propostos por Barry Buzan para análise do que cunhou como complexos regionais de segurança (BUZAN, 1998); ou, conforme propõe Joseph Nye (NYE, 2002), aos fatores que inter-relacionam os Estados numa interdependência no mundo globalizado.

Após a versão de 1996 da então Política de Defesa Nacional (PDN)¹⁴, que define para o entorno estratégico: “a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e incluiu o Atlântico Sul”; a versão de 2005 passa a referir-se ao ambiente regional e ao entorno estratégico, em seu capítulo 3, da seguinte forma:

[...] o subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere [...] Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África (CARMONA, 2013, p.346).

Conforme defende Therezinha de Castro, citada por Carlos de Meira Mattos (2011b), ressalta-se a relevância, desta nova versão, ao se projetar para o Atlântico Sul, bem como para os países limítrofes do continente africano que fazem parte da análise nesta pesquisa monográfica. Também, importante inovação, no texto da PDN de 2005, é a apresentação de iniciativas que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico.

Destacam-se as iniciativas:

[...] o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da ÁFRICA, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos

¹⁴ A versão proposta ao Congresso, em 2012, alterou a nomenclatura de PDN para PND: Política Nacional de Defesa.

Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação interregionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (CARMONA, 2013, 347).

Ressalta-se nessas iniciativas a influência de uma formulação cooperativa e atuação em bloco, para tratar da questão da segurança regional, baseada em acordos internacionais, o que se alinha com a corrente liberal das relações internacionais, e que se passou a cunhar de institucionalização (PECEQUILO, 2004), a ser ampliado no capítulo 4.

Por fim, na versão ora em vigor da PND apresentada, em 2012, e aprovada pelo Congresso Nacional, em 2013, repete-se o título ambiente regional e entorno estratégico, em que se observa:

[...] a América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (BRASIL, 2012).

Essa definição inova ao incluir estrategicamente a Antártica, tema defendido enfaticamente por Therezinha de Castro, conforme ressalta Freitas (2004), bem como a região do mar do Caribe. Em especial, a palavra “aprofundar”, em relação ao Atlântico Sul, traz à memória, em alguns aspectos, as contribuições da Marinha do Brasil (MB) para o alargamento no mar dessa última fronteira estratégica do Brasil em disputa¹⁵(MORE, 2014), que será objeto de análise ao longo deste capítulo, bem como no capítulo 3.

¹⁵Os dados submetidos pelo governo brasileiro estão em análise na Comissão de Limites da Plataforma Continental da CNUDM (criada pelo art.76, parágrafo 8 da CNUDM), por solicitação de ampliação de informações daquele órgão. Vários países acompanham e aguardam o desfecho. Assim, percebe-se uma intensa disputa pela regulação e soberania nessas regiões marítimas de riquezas ainda não totalmente reveladas (MORE, 2014).

2.2 Inserção geopolítica do Brasil

Assim como na política que se baseia em larga escala na história, e esta se utiliza da geografia para lhe servir de moldura, limitando e orientando seus princípios, surge para apoiar a investigação e análise pretendidas neste trabalho a geopolítica. O Brasil, país de dimensões continentais, que se sobressai na América do Sul, e a África, berço de jovens países, em especial os da costa oeste, se defrontam e abrem várias perspectivas de interação como as intencionadas pelo MRE para a cúpula América do Sul-África (ASA).

Como destaca Therezinha de Castro (1981), ao refletir sobre a Geopolítica,

Tem esta por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da geografia no planejamento de atividades do Estado, visando a resultados imediatos ou remotos. Consequentemente, a geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados desse estudo levam a conclusões práticas aplicáveis ou não à atualidade. (CASTRO, 1981, p.13).

Dessa forma, a inserção geopolítica do Brasil, em conjunto com o subcontinente sul-americano, deve sempre ser mencionada, em especial ao se direcionar ao continente africano, seja pelos laços históricos e culturais que unem os povos, seja pela realidade no estágio de desenvolvimento que se encontram ou pelo futuro que desejam alcançar.

Conforme ressalta o ex-Ministro da Defesa, Nelson Jobim¹⁶, “já existe a percepção da tendência de aumento do perfil geopolítico do subcontinente, assim como da África” (JOBIM, 2013, p.436). Assim, conforme destaca Jobim (2013), sobressai o aumento na participação da região no produto interno bruto (PIB) mundial e a crescente importância de ativos de que dispõem em abundância: água potável; terras agricultáveis; proteína animal; grãos; energia renovável e não renovável; minerais e biodiversidade. Cada vez mais, surgem ações de Estados extracontinentais ao envolver o Atlântico Sul, o continente africano e países

¹⁶ JOBIM, N.A.; Sistema Internacional de Segurança, Brasil e América Latina. In: VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), realizado de 4 a 8 de agosto de 2013, em Belém-PA, que teve como tema: **Defesa da Amazônia**. Apresentação do ex-Ministro da Defesa por ocasião do encontro. Disponível em: <http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/DOCUMENTOS/PROEX/EDITAL_ENABED_2013.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

sul-americanos em seus arranjos diplomáticos e de defesa com estratégias cooperativas (EUA, 2015), em acordos envolvendo os oceanos que serão abordadas nos próximos capítulos.

Alguns números e parâmetros físicos da América do Sul corroboram essa situação: 17.819.100 km², cerca de 12% da superfície terrestre, desta área corresponde ao Brasil 8.515.767 km² de território emerso; 25.432 km de costas, correspondendo ao Brasil 7.409 km; 6% da população mundial somando-se cerca de 380 milhões; 25% das terras agricultáveis; 25% das reservas de água doce; 40% da biodiversidade do mundo; reservas comprovadas de mais de 123 bilhões de barris de petróleo; e uma das costas mais favoráveis à pesca do mundo – na margem do Pacífico da América do Sul (JOBIM, 2013).

Nunca é demais lembrar as ameaças reais à soberania nacional brasileira, quando do despertar da cobiça internacional pelas riquezas da Amazônia em terras indígenas, alertadas por Therezinha de Castro citada por Freitas (2004):

[...] ameaças resultantes de estudos científicos relativos ao grau de destruição da floresta amazônica e do humanismo faccioso gerado mundialmente em torno da proteção dos índios. Essas ameaças foram consubstanciadas na tese da soberania relativa defendida, em 1989, pelo presidente francês François Mitterrand. Tal proposta era defendida ainda pelo presidente russo, Mikhail Gorbatchov, a quem se atribui a frase: “o Brasil deve delegar parte de seus direitos (sobre a Amazônia) aos organismos internacionais competentes” (FREITAS, 2004, p.97).

Segundo Jobim (2013), considerando-se as riquezas do subcontinente americano do sul, conforme se observa no QUADRO 1, associados a uma fragilidade militar, tornam cada vez mais possíveis hipóteses de pressões coercitivas contra os interesses dos Estados da América do Sul, onde se inclui o Brasil, bem como da África.

QUADRO 1 -
Recursos minerais por países na América do Sul

País	Minerais	País	Minerais
Argentina	Chumbo, estanho, urânio	Guiana	Ouro, bauxita, diamantes
Bolívia	Zinco, prata	Paraguai	Ferro, manganês, calcário
Brasil	Ferro, urânio níquel	Peru	Ouro, cobre, zinco
Chile	Cobre, ferro, nitratos	Suriname	Bauxita, ouro, ferro

Colômbia	Carvão, esmeraldas	níquel,	Uruguai Granito, mármore
Equador	Ouro, cobre		Venezuela Carvão, diamantes
			bauxita,

Organizado pelo autor.
Fonte: (JOBIM, 2013).

Segundo Jobim (2013), o Brasil do futuro, muito provavelmente, não poderá se eximir de enfrentar situações em que o choque de interesses contrapostos apresente-se de forma mais aguda do que ocorrido no passado recente. Da mesma forma, deve-se lembrar algumas variáveis com potencial de gerar conflitos:

[...] a perspectiva de degradação ambiental generalizada; a escassez de água potável em escala global; a preservação do meio ambiente como elemento de discurso securitário nos países desenvolvidos; a redução das reservas de petróleo, embora apresente-se, hoje o óleo de xisto, de custo inferior ao pré-sal; o aumento do nível dos oceanos; e o aumento da viabilidade comercial da exploração de recursos naturais localizados nos fundos marinhos (JOBIM, 2013, p. 435).

As novas análises, agora conduzidas pelos elaboradores da END e PND, destacam as preocupações mais agudas de defesa e identificam o oeste, o sudeste, o Atlântico Sul e a Amazônia como áreas estratégicas a defender. Para a MB, um dos objetivos estratégicos é o Programa de Reparcelamento da Marinha, com a construção de meios de superfície e a criação de uma 2ª Esquadra, a ser fixada na região norte, próxima à foz do rio Amazonas. Diria Rui Barbosa: “Esquadras não se improvisam!” (BARBOSA 1896, citado por AMORIM, 2013). Corroborando, assim já alertava Therezinha de Castro, citada por Freitas (2004):

De 'inferno verde', a Amazônia transformou-se no 'eldorado', e este, tão rico quanto despovoado, é, na realidade, nossa imensa área geopolítica neutra, carente, praticamente, do poder estatal. Urge, pois, a geoestratégia da integração da Amazônia ao processo evolutivo do país, numa ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente, fugindo sempre do comportamento invariável e monolítico, que nos faça incorrer no erro de destruir primeiro

para reconstruir depois (CASTRO, 1981; citada por FREITAS, 2004).

Citam-se algumas das ações que se alinham à Estratégia de Estado para o trinômio monitoramento-controle, mobilidade e presença para a Defesa dessas regiões, que abrigam biodiversidade e recursos minerais em larga escala (END, 2008):

- a) a proximidade dessa 2ª Esquadra com a região Norte (FERREIRA, 2015);
- b) o estabelecimento do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), e reposicionamento territorial de unidades do Exército (VILLAS BÔAS, 2015);
- c) o aperfeiçoamento do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM/SIVAM) (ROSSATO, 2015);
- d) o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) que contempla a foz do rio Amazonas, alargando a profundidade marítima na vigilância (FERREIRA, 2015).

Em relação ao monitoramento e controle do Atlântico Sul, ressalta-se a parceria estratégica entre Brasil e França para o desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), acordada entre os Ministros da Defesa de ambos os países¹⁷ (BRASIL, 2015e). As capacidades espaciais a serem desenvolvidas serão úteis como infraestruturas a serem utilizadas pelos projetos supramencionados, em especial o SisGAAz, o SISFRON e o SIPAM.

No caso específico em que se busca compreender as questões que envolvem a formação dos jovens Estados da África, em especial os da costa oeste, aspectos geográficos, sociais, políticos e econômicos, ou seja, a geopolítica traz luz e relevância para as atuais condições desses atores e que se refletem, em maior ou menor influência, nas relações junto aos demais países na comunidade internacional, e suas repercussões ao Brasil.

¹⁷Reunião bilateral entre os ministros da Defesa, Jacques Wagner, e Ministro da Defesa francês, Jean-Yves Le Drian, em 13 de ago. 2015. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/15837-brasil-e-franca-estreitam-parceria-tecnico-gerencial-na-area-espacial>>. Acesso em: 18 ago. 2015e.

2.3 Aspectos físicos do continente africano

É da análise da estrutura e posição que os países ocupam e de suas feições características que se permite tirar algumas conclusões sobre a forma como se deu a ocupação e, até mesmo, como se desenvolvem algumas atividades econômicas e se orienta a política.

Conforme orienta Golbery do Couto e Silva, citado por Freitas (2004):

[...] Para nós, a Geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo nos conceitos básicos de espaço e posição (FREITAS, 2004, p.9)

A África¹⁸, por exemplo, apresenta situação geográfica em relação ao Equador terrestre que lhe intercepta quase na metade do continente. Também é alcançada pelos Trópicos de Câncer e de Capricórnio nas porções norte e sul, respectivamente, o que permite enquadrar considerável parcela de seu território na região intertropical, com elevado índice de cobertura solar ao longo de todo ano. Por sua vez, o Brasil é interceptado pelo Equador próximo ao limite de seu território ao norte, sendo que o Trópico de Capricórnio lhe intercepta na altura da região sudeste, o que confere também a característica de país tropical com razoável cobertura solar.

Com área total de 30.272.514 km², aproximadamente 3,5 vezes a área do Brasil (8.515.767 km²¹⁹), a África é um continente compacto, segundo a classificação de Renner, que apresenta dimensões consideráveis, sendo 8.000 km de norte-sul, entre os cabos Branco, na Tunísia, e das Agulhas, na África do Sul; e 7.500 km de oeste-leste, entre os cabos Verde, no Senegal, e Guardafui, na Somália (CASTRO, 1981).

O litoral africano, com 27.638 km de extensão, tem na porção ocidental, banhada

¹⁸ O nome África é oriundo de “Afrigah” ou “Afri kigah” em alusão à região onde está “Túnis” e onde situava-se “Cartago”, antiga colônia fenícia que se envolveu em intensa disputa com “Roma” pelo domínio na região do Mediterrâneo (CASTRO, 1981).

¹⁹ Acordo levantamento do IBGE para o censo demográfico 2010. Acrescenta cerca de 0,01% à dimensão anterior, publicado no DOU nº 16 de 23/01/2013. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/territ_area.shtm> Acesso em: 4 jun. 2015.

pelo oceano Atlântico, sua maior parcela com 10.840 km; seguido por 8.584 km na porção oriental, banhada pelo oceano Índico; tendo 5.254 km no mar Mediterrâneo, que o separa de Ásia e Europa; e 2.960 km no estratégico mar Vermelho, separando-o do Oriente Médio pela península arábica. Segundo o geopolítico alemão Supan²⁰, citado por Meira Mattos (2011b), essas características reforçam a maritimidade do continente africano e o potencial de intercâmbio entre os diversos continentes para trocas comerciais e culturais pelo mar.

QUADRO 2 -
Extensão do litoral africano e nº de países banhados

Litoral africano	Dimensão (km)	Número de países banhados
Atlântico	10.840	25
Índico	8.584	9
Mediterrâneo	5.254	5
Vermelho	2.960	6
Total	27.638	*

Organizado pelo Autor.

Fonte: (CASTRO, 1981).

Conforme se observa no QUADRO 2, comparativamente ao litoral brasileiro que possui 7.409 km, o litoral oeste africano, banhado pelo oceano Atlântico, ressalta sua importância geopolítica e geoestratégica ao servir de porta de acesso para 25 países, sendo que dois são arquipelágicos, a saber: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe²¹, e que serviram aos portugueses como verdadeiras plataformas para o reconhecimento e descoberta de diversas localidades, durante as tentativas de se estabelecer a rota para as Índias (CASTRO, 1981). Nos dias atuais, cabe ressaltar a relevância geopolítica de ambos ao Brasil, no que diz respeito à projeção no continente africano, ao utilizarem o português como idioma oficial e fazerem

²⁰ Segundo o geopolítico alemão Supan, as aspirações e interesses nacionais de um Estado relacionados ao espaço geográfico que ocupa e à sua posição diante do mar pode ser mensurado pelo quociente de maritimidade (QM= Extensão da fronteira marítima/Extensão da fronteira terrestre) (MATTOS, 2011b).

²¹ Não deixando de citar os arquipélagos da Madeira e dos Açores, que permaneceram unidos às metrópoles europeias, Portugal e Espanha respectivamente, mas foram igualmente pontas de lança para as investidas sobre o continente africano ao longo do périplo português (CASTRO, 1981).

parte da CPLP (FERREIRA, 2015). A cooperação envolvendo esses países lusófonos e o Brasil será ampliada no capítulo 4.

Também na costa oeste, destaca-se o Golfo da Guiné (*GoG*)²², uma chanfradura da costa atlântica em ângulo reto entre o Equador e o paralelo 10° de latitude norte, que alternam calmarias e correntes marítimas intensas que tornam a navegação de cabotagem desafiadora. Atribuem-se às correntes de Benguela e do Golfo da Guiné e aos ventos contrários, os fatores que retardaram a colonização de Angola, até o final do século XVII (CASTRO, 1981).

Do ponto de vista da conformação do litoral, é a região do continente africano que mais nos remete à separação provocada pela deriva continental, ao se fazer um exercício de projeção e observar o encaixe à borda externa do subcontinente sul-americano na região brasileira conhecida como o saliente nordestino. O *GoG* é uma região estratégica ao Brasil ao englobar 19 países atlânticos com elevada concentração populacional próximo ao litoral²³ e grande parcela dos contingentes humanos enviados ao Brasil colonial daí procederam, sendo que 3 países da CPLP localizam-se nessa região: Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; além de expressivas reservas de recursos minerais e energéticos que são prospectados em terra e nas áreas marítimas adjacentes ao litoral. Aspectos envolvendo ameaças à segurança marítima no Atlântico Sul se desenrolam na região e serão abordadas no capítulo 3.

Na região norte, também conhecida por Maghreb, destaca-se a atuação de grupos extremistas religiosos, sendo o mais conhecido o Al-Shabaab, cuja perseguição e crimes contra cristãos e mulheres tem provocado ondas de fuga de populações para a Europa por via marítima. Em 2012, o ex-Ministro da Defesa da França já mencionava o risco e a necessidade de se atuar no Mali, em cuja região norte, grupos jihadistas, a saber Mujao, Ansar, Dine, Aqmi

²² Encontra-se na literatura a sigla *GoG*, oriunda das palavras na língua inglesa *Gulf of Guinea*.

²³ O país mais populoso do continente, com cerca de 180 milhões de habitantes, aí se encontra: Nigéria.

e Boko Haram, aproveitavam-se da inoperância do Estado e articulavam-se para estabelecer campos de treinamento. Como menciona em entrevista ao jornal *Le Monde*: “cada semana perdida faz o jogo dos terroristas²⁴” (SULZER, 2012, tradução nossa). Em 2015, observa-se o espraiamento das ações desses grupos extremistas não só nos países do Maghreb, incluindo-se a costa oeste da África subsaariana, com ênfase nas regiões norte e nordeste da Nigéria.

Ressalta-se o esforço do périplo português para transpor o oceano Atlântico e o continente africano com os recursos materiais e tecnológicos à época, após a conquista de Ceuta²⁵, em 1415, na região onde se localiza hoje o Marrocos, porta de entrada dupla: ao mar Mediterrâneo e ao continente africano. Foram necessários 73 anos para se conseguir dobrar o “Cabo das Tormentas”, feito alcançado pelo navegador Bartolomeu Dias²⁶, em 1488.

A constatação da ligação entre os oceanos Atlântico e Índico foi tão festejada à época, que o rei Dom João II decidiu renomear o acidente geográfico para “Cabo da Boa Esperança”. Hoje, onde se encontra a África do Sul²⁷, estrategicamente banhada tanto pelo oceano Atlântico quanto pelo Índico, se converte em ponto focal de uma das rotas marítimas mais importantes do comércio mundial e palco de projeção geopolítica de diversos atores das Relações Internacionais.

O Brasil e a África do Sul identificam-se, em especial, pela busca de espaço nosistema internacional e, juntamente à Índia, estabeleceram o fórum de diálogo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), cujos resultados da cooperação serão abordados no capítulo 4.

²⁴Entrevista do Ministro da Defesa francês JEAN-YVES LE DRIAN, ao repórter do jornal *Le Monde* ALEXANDRE SULZER: “*Chaque semaine perdue fait le jeu des terroristes*” (SULZER, 2012).

²⁵A cidade autônoma de Ceuta está localizada estrategicamente na entrada do mar Mediterrâneo e, ainda, permanece sob a tutela de Espanha, constituindo-se num enclave europeu no Marrocos, em pleno séc. XXI.

²⁶Esse navegador lusitano foi homenageado ao dar nome à Fragata N.R.P “Bartolomeu Dias” que, juntamente ao NPaoC “Apa”, da Marinha do Brasil, conduziu, em 2014, manobras militares contra a pirataria no litoral da Nigéria e Cameroun pela Operação “Obangame Express” (GUEDES, 2014).

²⁷O Cabo das Agulhas, extremo sul do continente, também fica na África do Sul, em posição um pouco mais a leste do Cabo da Boa Esperança.

2.4 A estratégia das ilhas costeiras e a partilha do continente

De igual relevância, destaca-se o papel das ilhas costeiras no processo de avanço português para a conquista do continente africano. Em face de suas localizações, ao longo da costa e a distâncias aceitáveis, favoreceram a ocupação e defesa das várias localidades, passando a servir de ponto de apoio para o posterior estabelecimento nas áreas continentais (CASTRO, 1981).

Pontuam-se o arquipélago da Madeira, reconhecido ao largo do atual Marrocos, em 1418, pelo Infante Dom Henrique²⁸, trampolim para as campanhas anuais que se sucederam, ilha Bolama, núcleo para avanço na Guiné-Bissau pelos portugueses, ilha Goré, no arquipélago de Cabo Verde, apoio aos franceses para investidas ao Senegal, do arquipélago de Cabo Verde, seguem os portugueses para a Guiné. No interior do Golfo da Guiné, de sul para norte, destacam-se as ilhas de Annobón, São Tomé, Príncipe e Fernando Pó como plataformas para as feitorias em regiões dos atuais Nigéria, Guiné Equatorial, Cameroun²⁹, Benin, Gabão e Angola.

A tardia colonização da África, comparada à do continente americano, não se prendeu ao seu posicionamento e posição, mas sim a sua configuração maciça. Assim, o estabelecimento geohistórico temporário e ocasional com vistas a apoiar a projeção de Portugal para o Índico fez com que houvesse transição na posse das terras litorâneas africanas. Inicialmente, focados em manter o fluxo comercial de especiarias para a Europa, os portugueses utilizaram as localidades costeiras africanas como pontos de apoio e exploração

²⁸ Após a conquista de Ceuta, em 1415, o criador da Escola de Sagres Infante Dom Henrique é designado governador e dá início, a partir de 1421, ao ciclo de tentativas para desvendar novas terras e a cobiçada passagem pelo sul do continente africano para as terras das especiarias nas Índias (CASTRO, 1981).

²⁹ O inglês Verney Lovett Cameroon deu seu nome a um maciço próximo da costa ocidental africana, que depois se estendeu a toda a colônia que foi alemã e depois inglesa. Therezinha de Castro considera equívoco denominar-se “República dos Camarões” o país oriundo dessa colônia, em decorrência da pronúncia aportuguesada de “Cameroon”, visto que pelos idiomas francês ou inglês, falados naquele país, traduzir-se-ia em “*République de Crevettes*” ou “*Republic of Shrimps*”, respectivamente (CASTRO, 1981). No sítio do MRE consta “República de Cameroun”.

pontual (CASTRO, 1981).

Durante a União Ibérica, em 1580, os espanhóis com Felipe II ocupam algumas localidades no litoral da costa oeste, próximas ao Marrocos; os holandeses nos países baixos, proibidos de comercializar com todas as colônias ibéricas, rebelam-se e partem, então, para sua expansão colonial. Criam a Companhia das Índias Ocidentais, em 1602, para desenvolver o comércio e fundam a cidade do Cabo, em 1652, em ponto estratégico no sul da África onde se instalam nos séculos XVII e XVIII.

A França, após a centralização do poder pelos reis absolutistas, partiu para a expansão colonial na África e América tendo se estabelecido, principalmente, na costa oeste e ao norte da África, região do Maghreb com forte influência árabe. A Inglaterra, após ver seu projeto na América enfraquecer com a perda das 13 colônias que se sublevaram, parte para a disputa por terras e recursos no continente africano, no século XIX. Posteriormente ao processo de unificação tardio e início do ciclo de industrialização, alemães, italianos e belgas também se inseriram na partilha, a partir de 1870 (CASTRO, 1981).

2.5 As explorações preparatórias, o colonialismo e seus reflexos

Os principais grupamentos humanos e de etnias africanas se concentravam entre as florestas equatoriais e o litoral de savanas; e entre os desertos e o litoral. As bacias dos rios Senegal, Congo e Níger, na costa oeste; lagos Tanganica, Tchad, Vitória e Niassa e dos rios Nilo e Zambeze, na porção central e oriental, foram os berços para os núbios, haussás, fulanis, ibos, peuls, akans, iorubás, entre os diversos povos que pré habitavam o continente.

Um processo preparatório à colonização se deu com as diversas expedições que, ao longo de cerca de 50 anos no século XIX, descortinaram muitos dos mistérios e do interior do continente africano. Realizadas por desbravadores a serviço dos Estados europeus, estavam

ávidos em garantir a primazia sobre as riquezas existentes, conforme pode ser observado no Apêndice A. Os conhecimentos consolidados sobre as riquezas existentes e a Conferência de Berlim³⁰ deflagraram a corrida e, conseqüente, partilha para a colonização das vastas terras do continente africano (CASTRO, 1981).

O ciclo de industrialização em solo europeu fomentou o avanço, sobre o continente africano, do capital ávido por matérias-primas e mercados consumidores para os produtos manufaturados. Os Estados colonialistas representavam os sistemas mercantilista e capitalista, sendo que, após a revolução comunista, a União Soviética fomentou entre os povos de Ásia, África e América Latina, a quebra do pacto colonial e a adoção de regimes de economia fechada num movimento de expansão da ideologia marxista.

Cabe destacar que jovens cidadãos, filhos de uma embrionária elite das então colônias, foram se educar nas universidades e escolas das metrópoles, favorecendo, assim, a tomada de consciência e a idealização de movimentos emancipacionistas. Observa-se, também o movimento negro de solidariedade denominado “Pan-africanismo”³¹ (CASTRO, 1981).

Por sua vez, o pan-africanismo, ao associar-se ao anticolonialismo, surgido na Índia que, além de se contrapor aos ingleses, dirigia campanhas contra os colonizadores brancos na África, tem repercussões fundamentais para a consolidação da consciência nacional dos povos africanos e que desaguou nos movimentos de emancipação daqueles Estados. Em alguns casos, o regime de governo adotado, após a emancipação, foi alinhado às ideologias marxistas em oposição ao sistema de pressão e exploratório do regime colonial, incluindo-se as colônias portuguesas de Angola e Moçambique.

³⁰ Convocada de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, estabeleceu que não haveria reconhecimento da posse sem a ocupação efetiva do território pelo país que reclamasse os direitos de soberania (CASTRO, 1981, p. 42).

³¹ O pan-africanismo foi originado nas Antilhas Inglesas e nos Estados Unidos da América, divulgado de forma mais ampla, em 1900, numa Conferência em Londres. Liderados por Henry-Sylvester Willian, de Trinidad, colônia inglesa no Caribe, e o Dr. W.E.B. du Bois, cidadão americano e negro nascido livre em Massachusetts, que empregou pela primeira vez o termo (CASTRO, 1981).

Do movimento pan-africano, ressalta-se a participação do Dr. Kwane Nkrumah, nascido na Costa do Ouro, atual Estado de Gana, que apresentou a “Declaração dos Povos Colonizados”:

[...] Nós proclamamos o direito, para todos os povos colonizados, de assumirem seu próprio destino[...] A longa noite está morta...Povos colonizados e povos oprimidos de todo o mundo, uni-vos! (NKRHUMAH, 1900; citado por CASTRO, 1981).

Destaca-se, também, a criação, a 1920, do *West-African Students Union*, em Londres, pelo posicionamento político de vanguarda dos povos das colônias situadas na costa oeste africana, com menção ao Senegal, Gana e Costa do Marfim que, após a descolonização, vão liderar as articulações dos países para o desenvolvimento não só regional, como a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), mas também continental, na Organização da Unidade Africana (OUA), embrião da Unidade Africana (UA), dando origem aos blocos que buscarão integrar e desenvolver o continente e seus jovens países (UA, 2015).

2.5.1 Do tribalismo à balcanização

Após a II Guerra Mundial, de 1939 a 1945, as ações em torno de questões e interesses comuns fizeram nascer, então, a realidade do afro-asianismo, cuja origem teve suas raízes na cooperação que passou a existir na própria ONU, hospedando, a partir de 1952, o grupo afro-asiático. Principalmente, após a Conferência de “Bandung”, ocorrida em Jacarta, Indonésia, em 1955, onde os países subdesenvolvidos tentaram firmar a posição de não alinhamento às potências centrais e suas práticas imperialistas, bem como uma oposição ao neocolonialismo das antigas metrópoles, defendendo a imediata independência das colônias. Cunharam o conceito de Terceiro Mundo para representar esse grupo de países, alguns já independentes, tendo sido convidados a participar da África: Egito, Etiópia, Costa do Ouro, atual Gana, Libéria, Líbia e Sudão (CASTRO, 1981).

Por permitir e fomentar a quebra nas lideranças originais por meio de traçados artificiais de fronteiras, numa África marcadamente tribal, os colonizadores prepararam o terreno para o afloramento de Estados-nacionais cujos movimentos emancipatórios, em muitos casos, deram-se por aqueles indivíduos que se aculturaram nas escolas e universidades das metrópoles. Desde as primeiras excursões exploratórias, em que se inicia uma transferência aos africanos de modelo cultural e difusão da fé cristã, protestantes e católicos, inicialmente, seguidos por ideologias marxistas, num segundo momento, ao tentar expandir os ideais das internacionais comunistas aos povos africanos, inculcando cultura alheia a sua formação.

Visando à descolonização, a formação de algumas uniões efêmeras foram observadas no continente africano, em certo grau, quase uma formação de blocos para reforçar e dar voz aos movimentos de emancipação. Conforme apresentado no Apêndice B, ressalta-se que, à exceção da “Grande Somália”, todos os demais blocos tiveram origem ou estão localizados na região da costa oeste africana, marcando o grau de pioneirismo e consciência política dos futuros Estados que emergirão dessa região.

Por sua vez, a partir das tratativas de “Bandung”, ocorre no Cairo, em 1958, a Conferência de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia, que dá origem à Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA). Observa-se, então, um avanço da doutrina marxista sobre o continente africano, com atuação soviética e chinesa, por meio da OSPAA, para a criação de comitês de coordenação visando aos movimentos contra os regimes coloniais. Após o pacto Cuba-Rússia, em 1959, Havana se insere e passa a atuar na OSPAA por meio do comitê executivo, com o objetivo de efetuar uma junção revolucionária dos povos dos 3A: América, Ásia e África (CASTRO, 1981). Essa iniciativa chinesa será a cunha de penetração para o processo de inserção na forma de cooperação e apoio econômico, que está em plena expansão junto aos países africanos por meio de outros fóruns, que será objeto

de análise no capítulo 3.

Não obstante, as práticas neocolonialistas da Comissão de Cooperação Técnica da África (CCTA) e da Fundação para a Assistência Mútua da África (FAMA), com o envio de técnicos e assessores das metrópoles, confrontadas pelo pan-africanismo e pela negritude, contribuíram para fortalecer os anseios por liberdade que culminou na série de independências concedidas, a partir de 1960, e, posterior, criação da Organização da Unidade Africana³² (OUA, 2015). À época, a política externa brasileira seguia forte influência portuguesa, antiga metrópole, o que não permitiu maior ênfase no apoio aos movimentos emancipatórios, ainda que o Brasil se alinhasse à tese da autodeterminação dos povos africanos, junto à ONU (LIGIERO, 2004).

A formação de Estados com fronteiras artificiais, que não observavam a existência de diferentes culturas e a diversidade de etnias, fomentou a violência e o sectarismo racial, levado ao extremo com massacres de grupos minoritários, como os ocorridos na guerra de Biafra, na Nigéria, entre muçulmanos e cristãos; ou mesmo o genocídio ocorrido em Ruanda, em 1994, perpetrado por extremistas Hutus contra a minoria dos Tutsi e opositores Hutus moderados (ONU, 2012) e (BBC, 2015). Esses fatos lembram o fenômeno ocorrido na Europa na região dos balcãs: o efeito balcanização africana, que repercute até os dias atuais em levas de deslocados pelo continente, ou mesmo em países com instituições frágeis nas questões ligadas ao ordenamento jurídico, impactando a capacidade de governança.

Do ponto de vista geopolítico, Therezinha de Castro (1981) assim identifica os países africanos pós-descolonização:

[...] As revoluções políticas africanas transformaram o continente num conglomerado de países fracos e heterogêneos, que ainda buscam resolver equações nacionais ou regionais, continuando porém, ligados pelo cordão

³² A Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 25 de maio de 1963, foi um marco importante para o processo de descolonização e consolidação dos novos Estados africanos ao estabelecer objetivos políticos de desenvolvimento social e econômico para o continente. Dois órgãos se destacam: Instituto de Desenvolvimento, sediado em Dakar (Senegal) e o Banco Africano de Desenvolvimento, com sede em Abidjan (Costa do Marfim). Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/topicos/27208194/organizacao-da-unidade-africana-oua> Acesso em: 16 jun. 2015.

umbilical aos centros metropolitanos do norte, na proposição moderna do neocolonialismo (CASTRO, 1981, p.118).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (2012), até hoje a África concentra a maioria das operações de paz, com ênfase para a imposição da paz, como tentativa de se mitigar flagelos de eliminações étnicas, perseguições religiosas, fome, epidemias e doenças tropicais, bem como apoio a populações de deslocados, decorrente de diversas guerras (ONU, 2012).

Assim, o *African Economic Outlook*³³(2015) destaca que alguns aspectos mais marcantes permaneceram imutáveis e tiveram grande repercussão na formação do quadro político e na composição dos diversos novos Estados, a partir dos anos de 1960. Completados, em 2015, 55 anos de emancipação, ainda permanecem desafios, ao longo dos primeiros anos do século XXI: a diversidade linguística, cerca de 600 dialetos africanos, diferenças econômicas, minorias brancas, jovens lideranças nacionalistas, heterogeneidade étnica, chefes costumeiros e religiosos, entre outros.

Com algum grau de variação, as disparidades tribais não conduziram os novos países africanos a um autêntico sentimento nacionalista durável e muito menos a governos estáveis. Segundo Therezinha de Castro (1981), ainda vive-se o dilema: “despotismo praticado pelo colonizador *versus* o caudilhismo africano; despotismos locais *versus* democracias; movimentos nacionalistas plantados, em detrimento da formação espontânea de nações” (CASTRO, 1981).

2.6 A independência e a formação dos blocos de países africanos

Do movimento anticolonialista, à exceção da Libéria³⁴ que, precocemente,

³³ *AEO: African Economic Outlook*.. Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org>. Acesso em: 10 jul. 2015.

³⁴ Libéria do latim “liber”, livre: nome dado ao país ao ter sido criado por ex-escravos americanos após serem libertados. Capital Monróvia, como homenagem a Monroe. Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/liberia>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

conseguiu sua independência a 26 de julho de 1847, Tunísia, em 1956, e Gana, em 1957, foram os primeiros países a obter a independência, sendo Gana o precursor na costa oeste. A partir da emancipação, os atuais 54 Estados, reunidos na União Africana³⁵, formaram blocos de países em subáreas do continente, conforme se observa no Apêndice C, objetivando otimizar o desenvolvimento sócio-econômico, a agricultura, oferta de energia, apoio à saúde, indústrias de transformação, bem como a integração dos Estados-membros (UA, 2015).

Destacam-se, na costa oeste, os seguintes blocos:

- CEEAC (*ECCAS*): Comunidade Econômica dos Estados da África Central, criada em 1981 com sede em Libreville, no Gabão. Reúne 11 países: Angola, Burundi, Cameroun, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo (RDC).

- CEDEAO (*ECOWAS*): Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, criada pelo Tratado de Lagos em 1975 (revisto em 1993). Reúne 15 países: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. É o bloco com estrutura mais diversificada, possui um banco de desenvolvimento próprio, organização para saúde e vários comitês para promover integração econômica em diversos campos da atividade econômica.

Ainda que o Ministério das Relações Exteriores apresente aproximação em todo o continente, CEDEAO e CEEAC apresentam os Estados que configuram regionalmente o entorno estratégico brasileiro na porção oeste do continente africano, onde também se verificam alguns países lusófonos. Cabe destacar que o Marrocos, um pouco mais ao norte, embora faça parte da UMA, e África do Sul no outro extremo, são banhados pelo Atlântico e apresentam uma posição geoestratégica relevante, ponto focal de rotas marítimas na entrada do mar Mediterrâneo, e ligação com o Índico, que será objeto de análise no capítulo 4.

³⁵ A União Africana desdobrou-se, em 1963, da Organização da Unidade Africana, com sede em Adis Abeba, capital da Etiópia. Disponível em: www.au.int. Acesso em: 29 jul. 2015.

2.7 Aspectos geopolíticos da África atlântica

Um continente rico em diversidade cultural e provido de riquezas naturais exuberantes, iniciou a construção de nova realidade para seus jovens países, pós-descolonização, a partir de 1960, cerca de 55 anos. A África vem ampliando sua capacidade de produção e serviços e, assim, tenta diminuir as diferenças econômicas e sociais existentes. Segundo os dados da *Africa Economic Outlook (AEO)*, a previsão de crescimento econômico do PIB para 2015 está estimada em 4,5% e, para 2016, é de 5%, próximo a níveis pré-crise 2008/2009 (*AEO*, 2015). Os investimentos de empresas transnacionais e o interesse dos países centrais na região é significativo devido ao mercado consumidor que se forma e à disponibilidade de recursos minerais e energéticos estratégicos ao desenvolvimento econômico dos países da região. Citam-se a produção e exportação de cerca de 5 milhões de barris/dia e reservas de petróleo e gás na região do Golfo da Guiné, onde despontam Angola, Nigéria, Gabão e Guiné Equatorial (OPEP, 2015). O progresso da região e os resultados são acompanhados em momento de queda nos preços do petróleo, que representa risco a significativa parcela do PIB africano, sendo o principal produto de exportação de países como Nigéria, Angola, Argélia, Líbia e Egito (*AEO*, 2015).

Por sua vez, há diferenças notórias ocorrendo no âmbito regional, por exemplo enquanto a crise do vírus ebola se alastrava em Serra Leoa, Guiné e Libéria, a região dos países do oeste (CEDEAO) crescia à taxa de 6%, em 2014. O avanço no PIB da Nigéria de 6,3%, puxado por setores diferentes do petrolífero, apresenta uma diversificação por parte da economia. Por outro lado, a região sul africana expandiu a níveis inferiores a 3%, devido ao baixo desempenho da África do Sul, com apenas 1,5%. Pelo lado da oferta, o dinamismo da economia se deu pela agricultura, indústria extrativa, construção e serviços; pelo lado da demanda, o consumo e os investimentos em infraestrutura estabeleceram a pauta de

crescimento do PIB (AEO, 2015).

O QUADRO 3 apresenta um resumo com as principais economias e indicadores, referentes a 2014, constantes do Apêndice D, em taxa de crescimento, produto interno bruto e população dos países africanos da costa atlântica, acrescidos de Moçambique³⁶ e Etiópia³⁷, que apresentaram PIB acima de 50 bilhões de dólares que permitem uma primeira abordagem nas possibilidades e limitações, em potencial, desses países (MATTOS, 2011b).

A Nigéria, acumulando um PIB de cerca de 1.05 trilhões de dólares, população de quase 180 milhões de habitantes e crescendo a taxa média de 6,3%, nos últimos 9 anos, posicionada no centro do *GoG*, torna-se um parceiro relevante para as políticas governamentais de aproximação, ainda que não seja um país lusófono. Na sequência, observa-se a África do Sul com PIB de mais de US\$ 680 bilhões, taxa de crescimento de 2,8%; seguido do Marrocos com US\$ 254 bilhões, taxa média de crescimento de 4,4% nos últimos 9 anos. Angola com US\$ 175 bilhões e Gana na casa dos US\$ 100 bilhões de PIB vêm na sequência, ambos crescendo a taxa média de consideráveis 7%.

Os olhos do mundo estão voltados para o continente africano em face dos resultados obtidos em indicadores econômicos e dos imensos recursos em disputa, ainda que os ganhos sociais estejam distantes de um índice de desenvolvimento humano que afaste o estigma de região provedora de pobreza, epidemias, desigualdades e sofrimento.

QUADRO 3 -
Costa oeste africana: indicadores econômicos e populacionais (2014)

País (Atlântico)	População (milhares)	Área (milhares de km ²)	Densidade Populacional (pop./km ²)	PIB Paridade Poder Compra (PPP) (US\$ milhões)	PIB per Capita (Convertido PPP, US\$)	Taxa Crescimento Anual PIB (Média entre 2006-2014)
África do Sul	53.140	1.219	44	683.147	12.856	2,8
Angola	22.137	1.247	18	175.540	7.930	7,0

³⁶ País pertencente à CPLP, ainda que da costa leste africana, é importante parceiro econômico.

³⁷ Apresentando o maior crescimento do continente, com 10,6%, sedia a União Africana, em sua capital Adis Abeba, tendo recebido recentemente uma Adidância Naval (PEREIRA, 2013).

Cameroun	22.819	475	48	67.225	2.946	3,8
Congo, Rep. Dem.	69.360	2.345	30	55.731	804	6,6
Costa do Marfim	20.805	322	65	71.952	3.458	3,7
Etiópia	96.506	1.104	87	139.434	1.445	10,6
Gana	26.442	239	111	109.392	4.137	7,0
Marrocos	26.473	447	75	254.362	7.595	4,4
Moçambique	26.473	799	33	29.757	1.124	7,3
Nigéria	178.517	924	193	1.057.831	5.926	6,3
África (Total)	1.136.526	30.066	38	5.432.451	4.826	4,8
Brasil (2014)	200.400	8.515	23	1.800.000	9.000	0,1

Organizado pelo Autor.

Fontes: *African Economic Outlook (AEO)*.

Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org>. Acesso em: 10 jul. 2015; e IBGE (BRASIL, 2014).

Não obstante, há preocupações latentes, no continente como um todo, e na costa atlântica, em particular, que fazem com que nos estudos da organização *Fund for Peace (FFP)* dos 20 países citados na lista de Estados mais frágeis (*FSI*), 14 sejam africanos³⁸ (*FFP*, 2015). Os acadêmicos acompanham, por meio de artigos especializados e pesquisas, desde questões de instabilidades políticas, índice de corrupção, movimento de refugiados e deslocados, as desigualdades na distribuição de água e alimentos, até a falta de oportunidades de trabalho aos jovens, que podem impactar o grau de instabilidade dos países.

No QUADRO 4 destaca-se o relatório de Caroline Galvan do *Global Risks 2015*, Fórum Econômico Mundial para a África (*WEFA*), sobre as ameaças reais para as quais a

³⁸ Na lista dos *Fragile States Index (FSI)* de 2015, dos 14 países africanos constam do CEDEAO: Guiné(10º), Nigéria (14º), Costa do Marfim (15º) e Guiné-Bissau (17º); por sua vez da CEEAC: República Democrática do Congo (5º) e Níger (19º) também ampliam o mapa de países em vulnerabilidade.

África Subsaariana está menos preparada, que procurou mapear os riscos principais para a região:

QUADRO 4 -
África subsaariana: principais riscos globais

Risco Global	(%)
Elevado desemprego e subemprego	33,3
Crise alimentar	24,6
Surtos ou pandemias de doenças infecciosas	24,6
Ataques terroristas de larga escala	18,8
Conflitos interestatais com consequências regionais	18,8

Organizado por (GALVAN, 2015).

Fonte: *Global Risks 2015 report, World Economic Forum on Africa (WEFA)*. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-risks-2015>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

Em 2015, por exemplo, causou apreensão em todo o mundo a epidemia do vírus ebola na costa oeste africana, que aparece em 3º lugar no relatório; e o aumento na violência provocada por grupos radicais islâmicos: Boko Haram, na Nigéria; e Al Shabaab, nos países do Maghreb, que está em 4º lugar. Não obstante, a ocorrência de pirataria e roubo armado a navios no Golfo da Guiné, ainda que pouco noticiado na mídia, é reflexo direto dos riscos apontados em 1º lugar e 2º lugar: a falta de emprego e oportunidade aos jovens e a fome. Essas carências, ainda que complexas e de grande envergadura, podem ser mitigadas e se apresentam como possibilidade de cooperação ao Brasil, a ser abordado no capítulo 4.

Por sua vez, as potências mundiais avançam e defendem seus interesses. Destacam-se as recentes visitas do chefe de Estado dos EUA, presidente Barack Obama, ao Quênia, país de origem de seu pai, e à Etiópia para discursar na sede da União Africana, em 28 de julho de 2015 (UA, 2015); e do líder chinês Xi Jinping, ao estabelecer o continente

africano como primeiro destino após assumir o poder, em 2013³⁹.

A reflexão geopolítica e geoestratégica para o Brasil para se contrapor a esses avanços, passa pelo esforço de Portugal que se desdobrava para poder manter a unidade da colônia brasileira tão cobiçada por potências europeias à época: franceses, espanhóis, holandeses, ingleses; e não foram menores as dificuldades que Portugal enfrentara na África. Na América (Brasil), a diretriz geopolítica portuguesa fora a de procurar instalar-se na embocadura das duas grandes bacias: do Prata e Amazônica. Na África, os portugueses defenderiam a foz dos rios Zambeze e do Limpopo, na face oriental do Índico; já na ocidental, os rios Congo e Níger tiveram o mesmo reflexo do Prata (CASTRO, 1981), contudo a disputa nessa área foi contra belgas, alemães, ingleses e franceses.

Aspecto geopolítico similar, o Brasil e os países limdeiros na África apresentam áreas menos desenvolvidas e menos povoadas em zonas de fronteiras, grandes rios e suas foz a defender e tem o oceano como ligação com o mundo. Nesse ponto, ressalta-se a importância do oceano Atlântico e seu potencial de alavancar a união desses continentes e seus povos, por meio da consciência situacional marítima, seja pelo comércio e o tráfego mercante, ou mesmo pelas ações para aumentar a segurança marítima nessa região, aumentando-se a presença na Amazônia Azul empregando-se o Poder Naval, que será objeto de análise no capítulo 3.

³⁹ Xi Jinping visita a África e a Rússia. Disponível em: www.epochtimes.com.br/por-que-o-novo-lider-chines-escolhe-africa.htm. Acesso em: 30 jul. 2015.

3 O BRASIL E A SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL

Conforme alertava Rui Barbosa (1896), “o mar, que na paz nos enriquece, na guerra nos ameaça” (BARBOSA 1896, citado por AMORIM, 2013). Assim, neste capítulo será analisada a importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil, arena da defesa territorial avançada, quando os conflitos batem à porta, campo fértil para a proteína do pescado que alimenta, estrada ampla para o comércio que nos une ao mundo, ou lâmina d'água de cujas profundezas é extraído o óleo que move as economias com sua energia. Chama-nos à interação com a segurança marítima pela necessidade de seu bom ordenamento.

Em se tratando de buscar soluções comuns para os desafios marítimos globais, diversas iniciativas estão em curso pelos organismos internacionais de interesse e, segundo Sousa (2013), “muitas dependem da ampliação do relacionamento internacional entre as Marinhas” (SOUSA, 2013). A segurança marítima, por sua vez, suportando o comércio em mares livres e abertos, conforme orienta Geoffrey Till (2004), visa à salvaguarda e soberania dos Estados no uso dos recursos marítimos, buscando impedir a proliferação de armas, crimes transnacionais e a exploração ilegal do ambiente marinho. A segurança marítima também é enfatizada pelos EUA em sua estratégia marítima para o século XXI, e manifesta em simpósio do *Naval War College*, conduzido recentemente na Escola de Guerra Naval (EUA, 2015). A PND, em sua mais recente versão, reforça à MB o potencial de explorar as características do poder naval brasileiro, ao atuar em apoio à política externa do País, tanto no Atlântico Sul, quanto junto aos países limítrofes do continente africano, e em ações sob a égide de organismos internacionais, em conformidade com as tarefas alocadas à Marinha dispostas na Constituição Federal, em sua Lei Complementar (BRASIL, 1988).

Em se tratando da fronteira marítima brasileira, conforme apresenta Carlos de Meira Mattos (2011b) em sua análise, o litoral brasileiro pode ser dividido em 2 segmentos

bem marcados:

a) o segmento norte-sudoeste que nos vincula física e economicamente ao Atlântico Sul e que vale dizer a estratégia do Atlântico Meridional. Segundo o critério estratégico, o Atlântico Sul teria como limite norte, além do paralelo 16°N (PAIVA, 2015), o estreitamento do Atlântico, entre o continente africano e a América do Sul, e a linha imaginária Natal-Dakar, ligando o nordeste brasileiro ao Senegal, que, por ocasião da II Guerra Mundial, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt denominava de “a ponte estratégica do Atlântico” (MATTOS, 2011b). É a região que concentra a maior pujança econômica do Brasil, as cidades mais populosas, as províncias de recursos energéticos nas bacias de Campos e Santos, considerável número de instalações portuárias e bases navais; e

b) o segmento nordeste-norte que Beirão (2013) propôs como “o norte do Atlântico Sul⁴⁰” e que nos vincula ao Caribe e ao Atlântico Norte em direção à Europa. Essa região do Atlântico ganha destaque justamente pela estratégia proposta visando à integração da Amazônia, pelo desenvolvimento da mineração e escoamento marítimo pelos portos de Itaquí e Belém e a base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, desenvolvida pela Força Aérea brasileira, e a própria ênfase à foz do rio Amazonas estabelecida na END (BRASIL, 2008) e (BEIRÃO, 2013).

3.1 O Atlântico Sul no entorno estratégico brasileiro

Retomando a versão da PND ora em vigor, aprovada pelo Congresso Nacional, em 2013, verifica-se no título ambiente regional e entorno estratégico, onde consta:

[...] a América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando **aprofundar seus laços de cooperação**, o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o **Atlântico**

⁴⁰O artigo foi apresentado por ocasião do VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: **Defesa da Amazônia – VII ENABED**. Belém-PA: 4-8 ago. 2013.

Sul e os países limieiros da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região” (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Dessa definição, além de inovar incluindo estrategicamente a Antártica e a região do mar do Caribe, fruto da presença brasileira nessas regiões⁴¹, a palavra “aprofundar” tem um significado especial e ressalta alguns aspectos de contribuições anteriores da Marinha do Brasil (MB) à política externa. Não obstante, lança outros desafios à segurança marítima que serão objeto de análise ao longo deste capítulo e do capítulo 4.

Por oportuno, em relação ao Atlântico Sul, aprofundar remete a dois imperativos desafiadores à MB e ao País:

a) de ir mais fundo: o que tem sido resultado das pesquisas e levantamentos batitermográficos e sísmicos conduzidos pela DHN para garantir a ampliação dos limites geográficos da Zona Econômica Exclusiva, ao identificar os limites e a extensão da plataforma continental, além das 200 milhas náuticas (MORE, 2014), bem como prospectar os recursos naturais existentes, destacando-se as reservas energéticas em petróleo e gás nas bacias de Campos e de Santos, na denominada camada do pré-sal, e os minerais disponíveis em nódulos polimetálicos e crostas cobaltíferas mapeados na Elevação do Rio Grande.

Cabe destacar que as tecnologias para exploração e exploração de minérios no fundo dos mares ainda estão em desenvolvimento, o que pode significar, futuramente, uma vantagem competitiva ao Brasil, fruto dos avanços em pesquisas em águas profundas. Ressalta-se o interesse despertado em atores extrarregionais, conforme demonstrado pela Alemanha, em recente visita oficial da Chanceler Ângela Merkel ao Brasil, em 19 de agosto de 2015⁴², ao incluir a cooperação em pesquisa marinha como uma das pautas da agenda proposta para os dois países (RITTNER, 2015); e

⁴¹ O Brasil conduz o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) realizando pesquisas, desde 1985, a partir da Estação Comandante Ferraz apoiada pelos Navios-Polares “Ary Rongel” e “Almirante Maximiano”. Disponível em: <www.mar.mil.br>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁴² A cooperação envolve o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro e o Instituto Geomar, de Kiel, para observação oceânica do Atlântico Meridional e Tropical; [...] para intercâmbio de dados; identificação de oportunidades para exploração de terras raras no país [...] (RITTNER, 2015).

b) de ir mais além: o que tem sido intensamente perseguido pelos meios navais da MB, ao afastarem-se muito além das AJB para conduzir operações de busca e salvamento em área de responsabilidade SAR do Brasil; ao realizar ação de presença em operações de patrulha naval e exercícios diversos na Amazônia Azul; ao atuar em cooperação com outras marinhas de países amigos, com ênfase ao combate a ilícitos no mar nas proximidades do continente africano, ou mesmo sob a égide da ONU, citando-se na Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (FERREIRA, 2015); e, “pelo mundo afora”⁴³, com o Navio-Escola “Brasil”, em sua travessia anual com a turma de guardas-marinha em viagem de instrução.

3.2 Pensamento estratégico naval brasileiro

Ao se tratar da importância do mar para o Brasil, sobressai o pensamento político-estratégico decorrente das análises emanadas pelo almirante Alfred Thayer Mahan⁴⁴ que cunhou o célebre emprego do poder marítimo nos Estados contemporâneos, a partir do século XX. Conforme nos apresenta o almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, citado por Silveira (2013), “Mahan, mais que um geopolítico, foi um estrategista” (SILVEIRA, 2013, p. 523). A contribuição de Mahan ao pensamento naval pode ser aquilatada pelo recorte, da RMB, do noticiado à época de seu falecimento, em nota do *Scientific American*:

[...] Com o falecimento(*sic*), em 1º de Dezembro, do contra-almirante reformado Alfred Thayer Mahan, a América perdeu o mais hábil estrategista naval e o mundo a maior autoridade em assumptos(*sic*) do domínio do mar.

⁴³ Esse é o lema do Navio-Escola “Brasil” que tem levado o Pavilhão Nacional brasileiro de África até o Mar Negro (Varna, Bulgária, em 2013). Destaca-se o constante intercâmbio entre marinhas amigas com o embarque de jovens oficiais, em especial de países africanos e sul-americanos, a fim de estreitar laços de cooperação e amizade.

⁴⁴ Como consta em nota da RMB, da seção Aconteceu Há Cem Anos: “O almirante Mahan, nasceu em West Point, N.Y., a 27 set. de 1840, filho de D.U. Mahan, professor de engenharia bem conhecido nos United States Military Academy. Depois de 40 annos[*sic*] de serviço na marinha, Mahan foi reformado em 17 de nov. de 1896, a seu pedido, de modo que podia dedicar-se intimamente a seus escriptos[*sic*] de assumpto[*sic*] naval”. **Revista Marítima Brasileira**. v.135, n. 01/03, jan./mar. 2015, p.271-272.

Duvidamos que alguém tenha exercido sobre assumptos navaes(*sic*) uma ascendência tão grande como a despertada pelas produções(*sic*) navaes que trazem seu nome [...] (RMB, 2015, p.271)

Silveira (2013) reforça que “a obra de Mahan representou um marco, ao assinalar o relacionamento entre a grandeza de um país com o uso do mar, servindo de base para a explicação da ação do Império Britânico ao longo da história” (SILVEIRA, 2013, p.523); o que também é reforçado por Geoffrey Till (2004) ao discorrer sobre os atributos do mar e do poder marítimo para o desenvolvimento das nações.

Segundo Geoffrey Till, “o comércio marítimo fomenta a ligação entre os povos, unindo-os pelas trocas de bens e informações, pela aproximação das gentes e culturas que se encontram nos portos e terminais dos continentes afastados”(TILL, 2004, p.8), aumentando, assim, o poder do Estado, conforme se deu com a construção do império ultramarino português, que resultou na aproximação entre Brasil e a África.

Por sua vez, a elaboração de esquadras e capacidades de forças navais, propagadas por Mahan, influenciou não somente o Reino Unido, pós-revolução industrial, mas também no planejamento de governantes de outros países, a saber: Theodore Roosevelt, Guilherme II e no governo japonês do início do século XX. Em terras brasileiras, tanto o Barão do Rio Branco, quanto o almirante Alexandrino de Alencar, também manifestam essa influência ao idealizarem uma Esquadra que desse, ao Brasil, respaldo para uma política externa mais independente no plano internacional (SILVEIRA, 2013).

Para países que iniciam suas aspirações no mar, os vizinhos na costa oeste africana com riquezas abundantes no mar e em terra, bem como os do entorno na América do Sul, também pode-se adotar a reflexão do almirante Vidigal sobre utilização da concepção estratégica da *jeune école*. Ao enfatizar a capacidade de defesa costeira, empregando-se minas, mísseis superfície-superfície, navios rápidos de pequeno porte e submarinos para as ações militares navais, busca-se promover algum grau de dissuasão, em momento que as

tendências apontam para o uso político do poder naval junto ao litoral em águas jurisdicionais (AJ) de países de interesse, nas denominadas *brown waters*⁴⁵ (SILVEIRA, 2013).

Assim, como reforça Vidigal, é “uma estratégia decorrente da falta de recursos para acompanhar o desenvolvimento das potências navais, mas que prioriza a defesa” (VIDIGAL, 2001; citado por SILVEIRA, 2013), onde a guerra de curso, a guerra de desgaste e a proteção territorial ganham destaque na elaboração de um pensamento estratégico com ênfase na dissuasão.

Para o Brasil é relevante a reflexão sobre a manutenção da capacidade operativa de sua Esquadra, em momento de cortes orçamentários devido à retração na economia, e à necessidade de aportes financeiros em projetos estratégicos à Força Naval, a saber: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa Nuclear da Marinha (PNM)⁴⁶e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) (SANTOS, 2015).

Conforme apresenta o almirante Vidigal, ao analisar o pensamento do almirante francês Castex, “a vulnerabilidade de um poder marítimo enfraquecido está na possibilidade de interrupção das linhas de comunicações marítimas de interesse, bem como a própria vulnerabilidade exposta ao poder terrestre e à defesa do território nacional”(VIDIGAL, 2001; citado por SILVEIRA, 2013). Essa consideração bem se aplica ao contexto do confronto leste-oeste da guerra fria, onde a Doutrina do almirante russo Gorshkov preconizava a ruptura das linhas de comunicações ocidentais empregando-se capacidade submarina (CASTRO, 1981).

Nesse ponto, no que diz respeito à possibilidade de interrupção das linhas de comunicações marítimas, afetando o poder marítimo de um país que deseja exercer o

⁴⁵ Também referido às *shallow waters* (águas rasas), termo apresentado pela *US Navy* para se referir às operações navais conduzidas nas proximidades do litoral de um país de interesse, onde as profundidades são menores e os meios navais também seriam de menor porte, em contraposição às operações de guerra naval em alto-mar pelas esquadras de marinhas de águas azuis (*blue waters navies*) (EUA, 2015).

⁴⁶ Para promover, desenvolver, transferir e manter tecnologias sensíveis a essas atividades foi criada a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, empresa vinculada ao Ministério da Defesa (MD), por meio do Comando da Marinha, em 16 de agosto de 2013 (SANTOS, 2015).

comando do mar, é justo resgatar o pensamento do estrategista naval Julian Corbett⁴⁷, citado por Cagarrinho (2011):

[...] Corbett sustentava a teoria de que o objeto da guerra naval deveria ser o de assegurar o comando do mar ou negá-lo ao inimigo. Segundo Corbett, o comando do mar estaria relacionado ao controle das vias de comunicações marítimas, com propósitos comerciais ou militares. Para tanto, o controle dessas vias seria relevante, além das bases navais, dos terminais das rotas comerciais e das áreas focais, para onde convergem as rotas. Corbett definiu dois métodos fundamentais para se obter o controle das vias de comunicações marítimas: a destruição física ou a captura de navios de guerra ou mercantes inimigos e o bloqueio naval (CAGARRINHO, 2011; citado por SIMIONI, 2012, p.38).

Assim, ao idealizar as estratégias navais para o século XXI, Vidigal já se referia à relevância da dissuasão para a MB e para o País, o que se alinha a Julian Corbett, ao buscar a capacidade de negar o comando do mar a um possível agressor à soberania nacional no mar. Como menciona Rui Barbosa (1896): “o oceano impõe deveres” (BARBOSA, 1896; citado por AMORIM, 2013).

Não obstante, passaram-se os anos, as guerras declaradas se retraíram, e outras ameaças no mar estão latentes: da abundância dos recursos energéticos no fundo do mar, às ilhas oceânicas mantidas por potências europeias ao longo do Atlântico Sul, até a albacora pescada e a lagosta capturada no norte e nordeste brasileiros passam a objeto de cobiça. Conforme nos alerta o geopolítico Golbery do Couto e Silva, segundo alguns pensadores, ainda atual: “o destino do Brasil e de sua segurança continuarão a ser jogados no tabuleiro do oceano Atlântico, em especial no Atlântico Sul”⁴⁸ (SILVA, 1967).

Soma-se a essas considerações a reflexão de Carlos Meira Mattos para quem “a geopolítica e a geoestratégia do Brasil orientam para a África, em especial sua porção ocidental, por ser a base avançada e representar o limite para a segurança es-

⁴⁷ Um dos principais historiadores navais e geoestrategista foi o britânico Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922), cuja Estratégia estava pautada na proteção das vias de comunicações marítimas (CAGARRINHO, 2011; citado por SIMIONI, 2012).

⁴⁸ Para Philip L. Kelly (1988), não existem dúvidas de que Golbery do Couto e Silva foi o primeiro dos principais geopolíticos brasileiros a converter, de forma claramente concebida, as ideias geopolíticas em política governamental (FREITAS, 2004).

tratégica afastada”⁴⁹(MATTOS, 2011a). Decorre, então, estar essa área e seus países limítrofes, considerados no entorno estratégico, conforme apresentado na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, constituindo-se em objetivos para a diplomacia naval conduzida pelo Poder Naval brasileiro (SOUSA, 2013).

Nesse contexto, abre-se uma janela de oportunidade à MB por meio do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) e da construção naval do Brasil para cooperação junto aos Estados ribeirinhos da África atlântica no estabelecimento do embrião de suas Marinhas ou Guardas Costeiras, ao fomentarem-se parcerias diversas, conforme será abordado no capítulo 4.

Não obstante, a PND, a END e o LBDN estabelecem como estratégia a dissuasão e explicitam a proteção à Amazônia e a presença no Atlântico Sul como tarefas relevantes aos objetivos nacionais de defesa. Como ressaltado na END (2008), “a alocação do princípio da dissuasão admite o uso da força, em função do realismo político que compõe a relação entre os países”(BRASIL, 2012^a). Por sua vez, o Poder Naval, ao incorporar em suas características a mobilidade, a flexibilidade tática, o amplo alcance geográfico, a versatilidade na graduação do uso da força e a capacidade de permanência no mar, unidos pela vontade nacional de empregá-lo, torna-se em ferramenta útil ao País para o atingimento da dissuasão estratégica.

Contudo, assim nos alerta Vidigal (2001):

[...] para que o Poder Naval mantenha a sua característica de inerente diplomacia, é importante investir no preparo dos oficiais e **buscar manter a credibilidade** que conta com a qualidade dos meios e a disposição política para utilizá-los (VIDIGAL, 2001; citado por SILVEIRA, 2013, grifo nosso).

Nesse ponto ele retoma a análise sobre a MB dotar ou não em seu inventário submarinos de propulsão nuclear e navios aeródromos para as ações de defesa da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e do litoral, enfatizando “o aumento de eficácia deste tipo de

⁴⁹ Para Carlos de Meira Mattos, a ascensão do Brasil ao estatuto de potência mundial estará preconditionada à realização do imenso potencial latente, resgatando-o para a esfera do poder nacional real ou percebido, ao que alguns autores denominam de poder efetivo (FREITAS, 2004).

submarino para a guerra de corso e para o desenvolvimento de uma tecnologia autóctone; no caso do navio aeródromo, seu uso poderia aumentar a proteção do espaço aéreo para as operações navais e as forças em terra” (VIDIGAL, 2001; citado por SILVEIRA, 2013).

O alerta de Vidigal é reforçado pelo que propõe Sam Tangredi (2002), nos estudos do *National Defense University*, ao tratar das ações do poder marítimo e das marinhas em tempos de globalização: “proteger as linhas de comunicações marítimas; controlar os próprios recursos marinhos; estar apto a operar eficientemente no mar; e possuir um poder dissuasório compatível com os interesses nacionais” (TANGREDI, 2002).

Assim, tendo por base aquela inspiração, ressalta-se a relevância em se perseguir diuturnamente a melhor capacitação do pessoal e na preparação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para as típicas tarefas do poder naval brasileiro; capacitar e atualizar os quadros de pessoal, bem como dar prosseguimento ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) visando à conclusão do Programa Nuclear da Marinha (PNM) e a plena capacidade de projetar, construir e operar submarinos convencionais e com propulsão nuclear, bem como os demais projetos estratégicos de reaparelhamento da Força Naval.

Isto é relevante pois, com o incremento do comércio marítimo na rota que passa pelo Mar do Sul da China (oriental), os Estados ribeirinhos tratam de desenvolver e reaparelhar suas marinhas⁵⁰, por exemplo: Singapura, Indonésia, Tailândia, Índia e China (EUA, 2015). Por sua vez, a semelhança do que fizeram Portugal, Espanha, França e Inglaterra, dos séculos XV ao XIX, no final do século XX e início do XXI, observa-se uma corrida por estabelecer bases avançadas de caráter estratégico à projeção e posicionamento de forças navais que garantam o apoio e a defesa ao tráfego marítimo de interesse.

Em especial, a manutenção de um conjunto de ilhas no oceano Atlântico, ao longo

⁵⁰ Esse desenvolvimento passa por capacidades que visam a aumentar o controle territorial e dificultar/negar o acesso marítimo em algumas regiões, por sistemas de vigilância e armamentos lançados da costa, expresso no conceito de *Anti-Access Area Denial (A2AD)*, considerado relevante para o ambiente de segurança global da atualidade com impacto para a estratégia marítima do século XXI dos EUA e pautado no simpósio do *Naval War College* (EUA, 2015).

da costa africana e da América do Sul, evidencia a estratégia marítima do Reino Unido, ator extrarregional relevante, que lhe garante projeção geoestratégica⁵¹sobre suas linhas de comunicações marítimas (DE NARDI, 2015). Para maximizar o contínuo controle e projeção marítima para as rotas do comércio mundial de interesse, manter bases e pontos de apoio, conforme ressalta Geoffrey Till (2004), mostra-se fundamental não somente à frota mercante, mas, principalmente, aos meios da armada em situação de crise, fato certificado durante o conflito contra a Argentina, em 1982, pela posse das ilhas Malvinas/Falklands.

Exemplo atual de disputa por controle de pontos sensíveis para controle do mar, é a construção de um conjunto de ilhas artificiais estabelecido pela China em área de disputa no Mar do Sul da China⁵², bem como o acordo com o Estado do Djibuti para cessão e uso do porto e base de interesse, na costa leste africana, em ponto focal e posição estratégica no Golfo de Áden, na entrada do mar Vermelho, rota de comércio do petróleo e demanda ao Mediterrâneo pelo canal de Suez (FOCAC, 2015).

Assim, corrobora o apresentado por Geoffrey Till (2004) nas funções do mar, ao se controlar posições geoestratégicas sensíveis, cita-se Ceuta na entrada do Mediterrâneo, que possibilitou a expansão europeia e o domínio do Atlântico, abrindo as portas para a conquista da África. Repete-se, então, na costa leste africana do oceano Índico, de acesso ao mar Vermelho e Mediterrâneo, via Golfo de Áden e pelo canal de Suez, o que se passa com a costa oeste africana nos Estados insulares, bem como a rota do Cabo pelo sul do continente.

O Atlântico Sul, ao responder por 95% do comércio internacional do Brasil, reveste-se, assim, de importância significativa para os interesses de todos os Estados limítrofes da região, em face do intenso tráfego marítimo que suporta atividades econômicas diversas

⁵¹ O cinturão de ilhas britânicas no Atlântico incluem: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul, até chegar às ilhas Falklands/Malvinas (DE NARDI, 2015).

⁵² Comandante da Esquadra do Pacífico dos EUA Almirante Harry Harris, alerta para a dragagem e construção de ilhas artificiais sobre corais nas ilhas Spratly, em área cuja posse é reclamada por outros Estados. A *US Navy* monitora as ações de Pequim quanto a instalações para uso militar – incluindo pista de pouso para aeronaves. O governo de Filipinas protocolou uma queixa junto ao Tribunal Permanente de Arbitragem da ONU. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150401_china_ilha_ik> Acesso em: 11 jun. 2015.

em suas plataformas continentais (FERREIRA, 2015).

O Apêndice E apresenta os portos localizados no continente africano, dispostos da costa oeste, iniciando pelo Marrocos no oceano Atlântico e, na sequência dos países, passando pelo oceano Índico, até o mar Mediterrâneo. Destacam-se Marrocos, Angola, Namíbia, Nigéria, ao possuírem 3 portos cada, e a África do Sul, contabilizando 6 portos.

A quantidade de portos na costa atlântica africana, ao todo 36, apresenta a potencialidade marítima e econômica da região com o fluxo comercial e, conseqüente, potencial geoestratégico dessa região para o Brasil. Em especial, os portos da rota que liga a América do Sul à Europa/África, cenário de patrulhas antissubmarinos e escoltas a comboios na Batalha do Atlântico, ao longo da II Guerra Mundial; da rota do Cabo, ponto focal de interligação do Atlântico ao Índico; e a rota do Golfo da Guiné⁵³, o que remete à cooperação da MB para desenvolver a capacidade de controle do tráfego marítimo pelos países africanos da costa atlântica, bem como a presença do Poder Naval brasileiro nas ações que visem à segurança marítima da região, que serão abordados no próximo capítulo.

Conforme apresentou a IMO, em sua estratégia de 2014, os desafios à segurança marítima no domínio das águas jurisdicionais dos países atlânticos, com ênfase os do continente africano, passam pela oposição às atividades ilegais, mas também ao desenvolvimento de capacidades e redução da fome e pobreza extrema (IMO, 2014).

Assim, a medida que atos de pirataria e roubo armado contra navios; pesca ilegal ou predatória; crimes transnacionais como tráfico de humanos, drogas e armas; ataques a instalações de exploração de recursos energéticos com danos ambientais pelo derramamento de substâncias poluentes ou tóxicas vêm ocorrendo no litoral de países da costa oeste e central africana ou no alto-mar dessa região, observa-se um aumento na sensação de insegurança naquela área que afeta toda a região.

⁵³ Pela rota da Guiné, o Brasil tem trafegado seu fluxo de importação de petróleo de Angola e Nigéria, bem como participado nas obras de ampliação desses portos e da infraestrutura local.

3.3 Geração de instabilidade no Atlântico Sul

A fragilidade econômica e social de grande parte dos países da África, associado a governos com instituições frágeis e elevados índices de corrupção (CIA, 2015), favorecem a atuação de redes e organizações criminosas transnacionais para o tráfico ilícito, ou mesmo organizações extremistas e terroristas.

Assim se refere Pereira (2013) às ameaças, junto ao continente africano:

[...] Emergem assim as chamadas novas ameaças, complexas e desafiadoras, como os desequilíbrios ambientais e a poluição marítima, diretamente associados a modificações na piscosidade das águas de **países altamente dependentes da pesca**. Mencionam-se, também as mais **variadas modalidades de tráfico** – de pessoas, de armas, de entorpecentes, e outros –, que têm, em países ribeirinhos sul-atlânticos, elementos-chave em cadeias criminosas que, na maior parte dos casos, começam e terminam em outros continentes, em países produtores e consumidores, respectivamente, em que os países africanos são intermediários (PEREIRA, 2013, p.307, grifo nosso).

Essas redes criminosas ao se interligar a outras, como a *Al Qaeda*, podem desestabilizar os fracos Estados africanos e trazer instabilidade à região (EUA, 2015).

Segundo a Agência Central de Inteligência americana (*Central Intelligence Agency-CIA*), entre os crimes transnacionais na região, destacam-se o tráfico de armas, drogas e seres humanos, a pirataria e o roubo armado de navios (CIA, 2015). Os países da costa oeste africana servem de trampolim para o transporte de drogas das regiões produtoras na América do Sul para a Europa. Em se tratando das ocorrências de pirataria e roubo armado a navios, destaca-se, a leste, a costa da Somália e, a oeste, a região conhecida como Golfo da Guiné⁵⁴ (GUEDES, 2013).

Entre 2009 e 2012, 197 ataques a navios mercantes foram observados no *GoG* (GUEDES, 2013), o que levou a Organização Marítima da África Ocidental e Central (*MOWCA*), além da Organização Marítima Internacional (IMO) e o Escritório Marítimo

⁵⁴ A cúpula de Iaundê teve a participação de Alemanha, Bélgica, China, EUA, França, Mauritânia e o Reino Unido, além dos países africanos componentes da CEDEAO, CEEAC e Conselho do Golfo da Guiné (CGG). As deliberações resultaram em ações para o combate a ilícitos no *GoG*, nos campos normativos e operacionais, para cumprimento das Resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(*IMB-ICC*) da Câmara de Comércio Internacional, a motivar os países da CEDEAO e CEEAC para, juntamente aos representantes do Conselho do Golfo da Guiné (CGG), promover uma cúpula de Chefes de Estado, em 2013, em Iaundê, capital da República de Cameroun. A elaboração de um plano regional para o enfrentamento da questão dos ilícitos ocorridos no mar, orientado pelo Conselho de Segurança da ONU, materializou-se em duas esferas:

a) no plano normativo: com a celebração de um Memorando de Entendimento (*MoU*) tripartite entre CEDEAO, CEEAC e CGG; Código de Conduta para a prevenção e a repressão de atos ilícitos e Declaração Política sobre a Segurança Marítima no *GoG*; e

b) no plano operacional: criação de órgãos e capacidades nacionais de vigilância e de combate a ilícitos marítimos envolvendo os países da região.

Entre os órgãos deliberados, derivados da cúpula de Iaundê, destacam-se: o Centro Inter-regional de Coordenação (CIC) na luta contra a pirataria no *GoG*, com sede em Iaundê, tem por propósito desenvolver apurada consciência situacional marítima, em proveito da segurança marítima na região; o Centro de Treinamento Regional (*RTC*), em Acra, capital de Gana; e o Sistema de Informação Policial do Oeste Africano, Escritório Regional da INTERPOL (WAPIS-RB), em Abidjan, na Costa do Marfim.

3.3.1 Petróleo e pirataria na instabilidade do *GoG*

Os maiores produtores de petróleo e as maiores reservas estão no Oriente Médio, contudo, em face de descobertas de reservas nas bacias de Campos e de Santos, nas camadas do pré-sal nas Águas Jurisdicionais brasileiras; as reservas na bacia do rio Orenoco, na Venezuela; e, cada vez mais, as existentes na região do Golfo da Guiné, onde se destacam Nigéria e Angola, tornam o Atlântico sul palco para olhares e atenção dos atores globais. Cabe ressaltar que a Venezuela e a Nigéria fazem parte da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e estão assistindo preocupadas aos baixos preços praticados pelo mercado

para a *commodity* petróleo.

Por sua vez, a Nigéria reflete uma herança de descolonização e consolidação política marcada pelos conflitos de poder entre etnias e grupos tribais já abordados, cuja guerra de Biafra ainda guarda profundas cicatrizes na sociedade nigeriana. Segundo Guedes (2013), apesar da elevada receita obtida com o petróleo, devido a problemas de governança, ainda é elevada a desigualdade social e a pobreza. Assim, apenas uma minoria tem acesso aos recursos (GUEDES, 2013). A separação dos grupos de islâmicos, ao norte e nordeste, herança dos Haussás e Fulanis, em região mais pobre e menos instruída, dos que ocupam o sul e sudeste, descendentes de Ibos e Iorubás, de orientação cristã, católicos, protestantes e de cultos afro-animalistas, permite que grupos radicais de orientação islâmica atuem aumentando a instabilidade (CASTRO, 1981). Destaca-se, em particular, o grupo Boko-Haram que ganha notoriedade na mídia, ao promover ações criminosas como o sequestro de 300 jovens meninas de uma escola em Chibok e o massacre de populações de não islâmicos em regiões do interior⁵⁵.

O governo nigeriano fez um movimento para reduzir as carências de ações públicas e aprofundar a presença do Estado, ao transferir a capital de Lagos para Abuja, no interior em região central. Contudo, enfrenta situação econômica desfavorável com a queda abrupta nos preços do petróleo, *commodity* que representa 90% do PIB do país. Em particular, uma população de quase 180 milhões de habitantes, sendo 30 milhões na região do delta do Níger, fomentou, nas camadas mais pobres, o surgimento de atos de vandalismo para furtar óleo diretamente dos dutos e canalizações que passam pelos vilarejos e canais, em alguns casos, com forte impacto ambiental pelo derramamento de óleo e contaminação das águas (PEREIRA, 2013).

À medida que as ações repressoras se intensificaram, observou-se uma migração

⁵⁵O grupo radical islâmico Boko-Haram localiza-se, principalmente, na porção norte/nordeste do território nigeriano. A comunidade internacional procura verificar possível ligação à rede *Al Qaeda* e se as ações de pirataria visam ao financiamento do grupo. Disponível em:<www.au.int>. Acesso em: 20 jun. 2015.

para os atos de furto de óleo e petróleo dos navios que transportam essas cargas, inicialmente, quando em posição nas áreas de fundeadouro e, mais recentemente, ao navegar na região costeira de outros Estados, Benim e Togo, com maior nível de violência e armas pesadas (GUEDES, 2013). Essas ações quando desenroladas no mar territorial do Estado são tratadas como roubo armado a navios, em águas internacionais passam a permear o campo do Direito Internacional Marítimo que prevê o enquadramento dessas ações na Convenção das Nações Unidas para o Direito no Mar (CNUDM) como crime de pirataria.

O tema é profundo e de forte impacto jurídico para os atores envolvidos na tentativa de se contrapor, ao se capturar os praticantes dos atos nas AJ dos Estados africanos cuja estrutura institucional é precária, que permita definir o fórum e justiça de que Estado serão submetidos os infratores. O fato é que interesses econômicos tanto das multinacionais que exploram o óleo da região, quanto das empresas de navegação e companhias de seguradoras estão sendo impactados. O tema está sendo acompanhado pela ONU por meio da Organização Marítima Internacional (IMO) que advoga ações coordenadas e concertadas pelos países da região. As ações de cooperação do Brasil constam do próximo capítulo.

3.4 China na África

Campo de disputa por zonas de influência e acesso aos recursos naturais da África, a aplicação do *soft power*, ou poder brando, instrumentado pelo assessor de governo americano Joseph Nye (2002), é compreendido e utilizado, como uma cunha de penetração, pelos interesses chineses. Nye define o *soft power* “como a habilidade de modelar as preferências dos outros” (NYE e WANG citados por CORKIN, 2014, p.59). Considera mais importante, quando se trata de influenciar as vontades dos demais, que deve se basear no poder de atração em vez do poder de coerção. O líder chinês Hu Jintao, em 2007, ressaltando a compreensão e importância do *soft power* declarou que “é um fator de crescente significado

na competição em todos os campos do poder nacional” (JINTAO citado por CORKIN, 2014, p.59). A partir da criação do Fórum de Cooperação China-África (*FOCAC: Forum on China-Africa Cooperation*), as ações de *soft power* passaram a ser articuladas em reuniões de cúpula trienais, alternando-se entre a China e a África. O próximo evento será em novembro de 2015, na África do Sul (*FOCAC*, 2015).

Há uma percepção entre os chineses que as potências ocidentais buscam retomar sua presença e influência no continente africano, desde a criação da OSPPA. Para tal desenvolvem ações de cooperação em aspectos econômico-sociais, bem como trabalham a imagem da China como uma ameaça (CORKIN, 2014, p.59). Na batalha pela projeção do poder brando, as ferramentas outrora utilizadas pelos europeus e EUA foram incorporadas pelos chineses para implementar sua esfera de influência. Em especial, grandes projetos de infraestrutura e o apoio a organizações não governamentais (ONG) que apresentem atividades com potencial de promover a influência cultural chinesa, num contexto de assuntos internos dos países africanos (*FOCAC*, 2015).

Segundo Corkin (2014), acadêmicos do ocidente tem expressado preocupação com o crescimento do *soft power* chinês sobre a África (CORKIN, 2014, p.60), sendo que Wen Ping He considera que “a África é o único local onde o poder brando chinês é expressivo, assinalando que o conceito de “ameaça chinesa” não seria efetivo por lá” (HE citado por CORKIN, 2014, p.60). Isso é corroborado por Lundin (2014), quando destaca a simpatia aos olhos de governantes africanos pelo apoio que a China tem prestado a alguns países desde os tempos da luta pela libertação (LUNDIN, 2014, p.332). De fato, como também observado por Therezinha de Castro (1981), após o movimento dos países não alinhados, em 1955⁵⁶, foi intensa a atuação chinesa nos movimentos de libertação africanos por meio da OSPAA, a partir de 1958.

⁵⁶“Conferência de Bandung”, em 1955, e OSPAA, em 1958 (CASTRO, 1981).

3.4.1 FOCAC: cooperação ou consenso de Pequim?

Assim, pode-se associar as ações de cooperação chinesas, no contexto da *FOCAC*, como aprofundamento das iniciativas da OSPPA, agora em momento de maior potencial efetivo da China, em face de seu crescimento econômico acelerado. Não obstante, a propósito da forma com que a China implementa seu *soft power* na África, ressalta-se a impressão percebida por Corkin (2014), acerca da posição manifestada por um diplomata japonês que

[...] considera a prática chinesa semelhante a comprar amigos; [...] o Japão não pode copiá-los [...] Eles possuem uma população numerosa e necessitam de muita energia; para seu crescimento eles dependem de óleo. A política básica chinesa é: eles estão investindo muitos recursos em países ricos em petróleo, e muito dinheiro em países africanos (CORKIN, 2014, p.60).

A disputa por influência entre Japão e China, potências asiáticas que se confrontam no Mar do Sul da China, fica cada vez mais acirrada a medida que cresce o poder militar e econômico chinês⁵⁷, afetando a geopolítica e a geoestratégia da região, preocupação já sinalizada por Washington, ao reposicionar estrategicamente suas forças navais, e evidenciada no simpósio do *Naval War College*, onde *A2AD* foi a temática principal (EUA, 2015). Os embates, ainda na esfera do *soft power* por áreas de influência, estão sendo articulados nos tabuleiros africano e, cada vez mais, sul-americano, onde as matérias primas e os recursos energéticos abundantes são cobiçados e servem de pano de fundo para as aproximações crescentes, quer por atores estatais, quer por empresas transnacionais, com possíveis transbordamentos para aspectos de soberania e segurança marítima no Atlântico Sul.

O investimento chinês, no porto atlântico de Lobito, em Angola, por exemplo, a partir da inauguração da empresa *Camino Ferreo Benguela*⁵⁸ (CFB), com cerca de 2.000 km

⁵⁷ A Rússia e a China estão desde sexta-feira (21 ago) em exercícios militares conjuntos no mar do Japão, em comunicado citado pela agência France Presse (AFP). Os exercícios deverão desenrolar-se até 28 de agosto e vão envolver 22 embarcações, 20 aeronaves e mais de 500 fuzileiros navais dos dois países. Disponível em: <<http://hojemacau.com.mo/2015/08/24/moscovo-e-pequim-em-exercicios-militares-no-mar-do-japao>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

⁵⁸ Essa malha ferroviária em Angola é festejada pelos chineses como um dos sucessos em sua política de ajuda a países africanos por meio do Fórum de Cooperação para a África (*Forum on China-Africa Cooperation – FOCAC*). Da região do Katanga são extraídos 50% do cobalto e 20% do cobre disponíveis no mercado.

de extensão, será escoada a produção mineral de cobalto e cobre da região do Katanga, localizada no interior do continente, na República Democrática do Congo (RDC), até então realizada pelo porto de *Richards Bay*, na costa leste da África do Sul, a cerca de 8.000 km de distância, com a previsível redução de custos (FOCAC, 2015).

Assim, o projeto chinês para aprofundar seu *soft power* consiste em superar os demais países no volume de recursos em investimentos locais na África e ampliar a interdependência daqueles países com Pequim, também instrumentada por Joseph Nye (NYE, 2002). Também digno de nota, é um comentário de um observador do FMI que “do ponto de vista da China, o envolvimento na África traz elevados retornos se comparados aos custos envolvidos; os recursos chineses são enormes em se comparando com as necessidades que a África apresenta” (CORKIN, 2014, p.60).

Em geral, com vistas a projetar uma imagem positiva de maneira ampla, a política externa da China não mira apenas os africanos, sejam as elites ou as grandes massas, mas também a comunidade internacional, em geral. Por outro lado, a África é identificada como estudo de caso, tipo plataforma de teste para os diplomatas chineses aperfeiçoarem suas posições com vistas ao *soft power*.

Ainda que não reconhecido pelo governo central, em alguns círculos de formuladores de políticas chinesas a iniciativa que mais desperta atenção é o debate a cerca do *African Marshall Plan* – Plano Marshall para a África, assim idealizado

A China poderia também dar apoio a um grupo de países, muitos deles varridos por guerras, em reconstruir suas economias, com a expectativa de se criar no futuro fortes alianças políticas e mercados para os produtos chineses (CORKIN, 2014, p.65).

Assim, observa-se o desejo da China em ser reconhecida e tomar lugar como grande potência no sistema internacional, não somente pelos padrões e indicadores sócio-econômicos, hoje considerados e respeitados pelo ocidente, mas pelo fato de terem

conseguido um feito sobre-humano: ter sucesso no desenvolvimento da África, onde os países ocidentais falharam (CORKIN, 2014, p.64).

Como os próprios chineses advogam, o “gradualismo em contraposição à radicalização praticada pelo oeste” (ZHANG e LUO, 2008; citados por CORKIN, 2014, p.65), ao que alguns acadêmicos ocidentais cunharam de “consenso de Pequim”, em contraposição ao modelo adotado pelos EUA denominado “consenso de Washington”⁵⁹(RAMO, 2004; citado por CORKIN, 2014, p.62), que passou a regular as diversas esferas da governança mundial. Contudo, os resultados práticos e indicadores sociais mostram que a realidade dos países africanos ainda está distante do ponto em que Pequim possa acenar com missão cumprida.

3.4.2 Fórum de Macau: consenso de Pequim versus CPLP?

A ideia de criação de uma comunidade de países e povos que partilham a língua portuguesa (CPLP), nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia, foi sonhada por muitos ao longo dos tempos. Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, referiu que

O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar (CPLP, 2015).

O processo ganhou impulso decisivo na década de 90, e o primeiro passo concreto

⁵⁹ O termo Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajuste macroeconómico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre essas "regras" que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento económico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação, desburocratização e direito à propriedade intelectual (IMF, 2015).

no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da comunidade (CPLP, 2015). Em 20 de maio de 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo membro da Comunidade e, depois de um minucioso processo de adesão, em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito, ao incluir o português como língua oficial, além do espanhol e francês falados naquele país.

As reuniões de cúpula, com Chefes de Estado, e de pontos focais, com técnicos e corpo diplomático, têm objetivos e se traduzem em diretivas concretas, voltadas para setores prioritários, como a saúde e a educação, a segurança alimentar e o ambiente (CPLP, 2015). Entre outros domínios da CPLP, foi possível ao Brasil identificar ações de cooperação na área de defesa que se transformaram em parcerias da MB com os países africanos lusófonos, com repercussão na segurança marítima da costa atlântica, que serão ampliadas no próximo capítulo.

Por sua vez, a diversidade de povos que estiveram em contato com a China no período colonial, nos remete novamente às grandes navegações portuguesas que encontraram em território chinês a localidade de Macau, que abrange a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane, tendo sido parte do território da China desde os tempos mais remotos. A partir de meados do século XVI, foi gradualmente ocupada por Portugal. Em 13 de Abril de 1987, os governos da China e de Portugal assinaram a Declaração Conjunta sobre a Questão de Macau, permitindo que o governo da República Popular da China voltasse a assumir o exercício da soberania sobre Macau, em 20 de Dezembro de 1999, sendo criada a Região

Administrativa Especial de Macau (RAEM) (MACAU, 2015).

A manutenção da língua oficial portuguesa, juntamente à língua oficial chinesa (MACAU, 2015), permitiu a Pequim explorar a aproximação aos demais Estados lusófonos por meio da criação do Fórum de Macau e o estabelecimento, a partir de 2004, do Secretariado Permanente do Fórum na RAEM. O resultado esperado por Pequim encontra na cooperação econômica e comercial o seu objetivo primário. Assim, o volume das trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa, desde o estabelecimento do Fórum de Macau, atingiu cerca de 117 bilhões de dólares, em 2011, superando a meta estabelecida na 3ª Conferência Ministerial do Fórum, de 100 bilhões de dólares, a serem atingidos em 2013⁶⁰.

Assim, aos Estados da CPLP, agora se aproximou a China com as práticas de *soft power* já analisadas na seção referente à *FOCAC* em países como Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. As oportunidades e ameaças estão postas ao Brasil em suas aspirações junto aos países da costa oeste africana, conforme o desenrolar das parcerias.

3.5 Estados Unidos da América e União Europeia na África

A estratégia dos EUA e União Europeia para a contenção do avanço chinês na África, em região estratégica ao comércio mundial e produção de petróleo, sob o viés de fomentar o combate a ameaças à segurança marítima, articula com os demais membros do G7 para o fórum dos amigos do Golfo da Guiné.

⁶⁰ A cooperação econômica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa vai ser aprofundada, garantiu hoje em Macau o vice-primeiro-ministro Wang Yang, ao anunciar um plano em oito pontos com medidas concretas para execução entre 2014 e 2016. No discurso de abertura da 4ª Conferência Ministerial do Fórum Macau, Wang mencionou como a primeira dessas medidas a concessão por parte do governo da China de empréstimos bonificados aos países de língua portuguesa de África e da Ásia membros do Fórum no montante de 1800 milhões de yuan (293 milhões de dólares) Disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/11/05/china-propoe-em-macau-plano-de-accao-a-3-anos>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

A criação do Fórum G7++FOGG⁶¹, formado pelos 7 países com economia mais desenvolvidas, acrescido dos países “amigos do golfo da guiné” (*Friends of Gulf of Guine*), reflete o interesse das grandes economias nos recursos minerais e energéticos sensíveis (G7++FOGG, 2014). Os cenários de projeção geopolítica ganham nova roupagem, em continuação às disputas do neocolonialismo e do capitalismo *versus* comunismo. Contudo, aqueles que um dia promoveram a inserção africana na agenda mundial, em suas esferas de atuação, operam sob a égide da cooperação internacional em acordos para apoio econômico e desenvolvimento social, vide as operações permanentes de patrulha britânica em suas possessões ultramarinas ou da unidade de combate francesa no Senegal (PEREIRA, 2013).

Cabe destacar a composição, por ex-metrópoles coloniais, do grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, Itália, Japão, Reino Unido, França, Bélgica, Brasil (como observador), Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Holanda, Portugal, Suíça, União Europeia, *UNODC*⁶² e *INTERPOL*⁶³. Observa-se que a União Europeia, a *UNODC* e a *INTERPOL* não são Estados, mas enquanto agentes das Relações Internacionais, são atores relevantes para a difusão de práticas de governança, desejada pelos países desenvolvidos nas regiões onde lhes é favorável interferir, agora com o viés de combate à pirataria.

Não obstante, na cúpula de Benim, promovida em 2012, observa-se uma intensa atuação dos EUA, por meio do *US AFRICOM*, que busca orientar os países africanos participantes a estabelecerem entendimentos para o desenvolvimento de estruturas e instituições para gerir o combate aos ilícitos no mar. Cita-se a doação de um navio empregado em sua Guarda Costeira para compor e reforçar a Marinha da Nigéria.

⁶¹ G7++FOGG. **Grupo Formado pelo G7 e Amigos do Golfo da Guiné**. Reunião de Cúpula do Grupo, ocorrida em junho de 2013, no Cameroun para rever os desafios em apoio à implementação das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU de nº 2018 (2011) e nº 2039 (2012). Disponível em: <www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy-1/defence-security/events-7786/article/g7-friends-of-the-gulf-of-guinea>. Acesso em: 20 jun. 2015.

⁶² A *UNODC* (Escritório das Nações Unidas para Combate a Crimes e Drogas). Disponível em: <www.unodc.org>. Acesso em: 29 jul. 2015.

⁶³ A *INTERPOL* (Organização da Polícia Internacional). Disponível em: <www.interpol.int>. Acesso em: 29 jul. 2015.

3.5.1 G7++*FOGG* versus Pirataria ou G++*FOGG* versus *FOCAC*?

A Cúpula de Acra, capital de Gana, em 3 de dezembro de 2014, teve por propósito verificar e rever as ações em apoio às Resoluções nº 2018 e 2039 do Conselho de Segurança da ONU, que pontuam o respeito à soberania e à integridade dos Estados do *GoG*, bem como orientaram os países da região, articulados pela CGG, CEDEAO e CEEAC, a organizarem uma cúpula e estabelecer uma estratégia antipirataria regional, em cooperação com a União Africana. Destacam, ainda, a necessidade de uma abordagem multifacetada, abordando desde o desenvolvimento de leis e normas que tipifiquem e criem mecanismos de punição para o roubo a bordo e pirataria (PEREIRA, 2013). Em especial, foi verificado o estabelecido na Cúpula de Iaundê no que diz respeito ao Memorando de Entendimento para ação concertada entre os organismos regionais; a Declaração de Iaundê, que prevê a criação do Centro Inter-regional de Coordenação da luta contra a pirataria, no *GoG*; e o Código de Conduta sobre prevenção e repressão à pirataria, roubo a mão armada contra embarcações e atividades marítimas ilegais na África Ocidental e Central, no que diz respeito à segurança marítima e à segurança da navegação nas águas do Golfo da Guiné.

O evento promoveu o encontro desses representantes com os representantes africanos da CEEAC e CEDEAO, bem como as empresas transnacionais dos setores de óleo e gás, indústria de navegação e seguradoras, para ampliar as questões dessas empresas acerca das ameaças à liberdade de navegação e comércio marítimo nas águas do Golfo da Guiné.

A abertura da cúpula efetuada pela Ministra das Relações Exteriores de Gana, Exa. Sra. Embaixadora HANNAH TETTEH, teve os trabalhos conduzidos pela Embaixadora francesa VÉRONIQUE ROGER-LACAN, representante especial da França para o combate à pirataria marítima. Segundo as colocações dos participantes, expressa pela diplomata francesa:

[...]As considerações indicam que o combate contra os crimes marítimos **também beneficiarão** as populações e os países da região que, por outro lado, caso nada seja feito, poderão perder aqueles recursos (G7++FOGG, 2014, grifo nosso).

Segundo os dados divulgados pela cúpula, o número de ataques piratas no Golfo da Guiné, em 2013, subiu para 169, comparado a 56, em 2010; sendo que, até setembro de 2014, 70 ataques haviam sido registrados, com o agravante do aumento da violência se comparado aos relatos das ações na costa da Somália (G7++FOGG, 2014).

Ainda que as estatísticas oficiais sinalizem para a redução na quantidade de casos, o que remete para o resultado positivo das ações e operações conduzidas na região, ressalta-se que os praticantes dos crimes são oriundos das populações que residem no litoral desses Estados, o que reflete a falta de oportunidades aos jovens e desigualdades sociais, derivadas das fragilidades internas dos países da região. Por sua vez, as empresas transnacionais de óleo e gás, navegação e seguradoras pertencem aos Estados que fazem parte das nações mais ricas (G7) e atuam junto à ONU, à IMO e ao ICC IMB, pressionando os governos locais para adoção de medidas visando a não impactar o comércio e os lucros.

Note-se que, segundo a visão da cúpula, “os benefícios ao combate à pirataria **também** beneficiarão os países da região e suas populações” (G7++FOGG, 2014, grifo nosso), mas não é o interesse primeiro das ações, expresso sutilmente pelos representantes do G7. Por sua vez, destaca-se a atuação incisiva do governo francês ao estabelecer uma política centrada na região oeste do continente africano, onde sempre manteve presença estratégica no período colonial e intensa atividade neocolonial, nos vários países que orbitam em sua esfera de influência e que tem o idioma francês como língua oficial.

O segundo aspecto diz respeito à redução dos casos na estatística das embarcações estacionadas junto ao litoral, mas com aumento na violência das ações e associada às ações das forças navais operando de forma sinérgica junto aos Estados costeiros africanos (GUEDES, 2013). Por sua vez, a migração dos crimes da região costeira do *GoG* para áreas

oceânicas, a maiores distâncias, cuja execução envolve logística maior e fomenta o uso de armamento pesado e práticas mais violentas, associadas ao sequestro de embarcações e tripulações, além do próprio furto de carga, traz um ambiente de insegurança desfavorável às aspirações do Brasil e às deliberações da ZOPACAS, com a conseqüente aproximação das forças navais extrarregionais.

3.6 Forças Navais na região

3.6.1 Força Naval da União Europeia

A União Europeia e seus membros mais atuantes não poderiam estar ausentes. Uma das deliberações do G7++*FOGG*, em apoio aos países africanos da região do *GoG*, onde foram observadas as ações de pirataria e roubo de cargas em navios mercantes, foi a realização de manobras militares empregando forças navais, em exercícios direcionados ao combate à pirataria (GUEDES, 2013).

Segundo o almirante italiano Michele Cosentino (2013), ao inserir a segurança marítima como uma dimensão específica da política de segurança e defesa comum aos Estados europeus, destaca a participação da *EUNAVFOR*, Força Naval da União Europeia, que atua na costa leste africana, com ênfase no litoral da Somália, por meio da Operação “Atalanta”. Também aborda a “Eucap Nestor”, sob a égide da OTAN, que visa a auxiliar alguns Estados africanos a desenvolver suas Marinhas (COSENTINO, 2013), em 2011. No *GoG* a participação da Marinha de Portugal e da Alemanha ocorreu, a partir de 2011, por meio da Operação “Obangame Express”, organizada pela *US Navy*, no âmbito do *Africa Partnership Station*, que teve a participação de observadores brasileiros e Navios-Patrolha.

A partir de 2011, quando os casos envolvendo aquela força chegaram a 176,

houve uma redução gradual para 35 em 2012, 7 em 2013 e 2 em 2014⁶⁴, o que indica resultados satisfatórios na atuação daquela força naval (PEREIRA, 2013). Conforme enfatiza Guedes (2014), é o momento de agir em terra para reduzir os fatores que impulsionam o crime (GUEDES, 2014). Ressalta-se a decisão política da OTAN, em sua última revisão estratégica, de introduzir o conceito de “Bacia Atlântica”, em se tratando da área de atuação daquele tratado militar, até o Atlântico Sul, constringendo a deliberação da ONU para a desmilitarização da ZOPACAS (CARMONA, 2013) com reflexos diretos aos interesses do Brasil e da Marinha.

3.6.2 Força Naval dos EUA

O quadro de insegurança despertou a atenção dos EUA que, ao atuar sob o viés de combate à pirataria, lhes dá sustentação para manter presença próximo às rotas estratégicas do comércio mundial e se contrapor ao avanço chinês. Assim, os EUA estabeleceram para a África um comando naval estratégico específico, *US AFRICOM*, em especial região de produção de recursos energéticos e rota significativa ao fluxo do comércio e do petróleo mundial pelo sul do continente. Seguindo a estratégia marítima para o século XXI (EUA, 2015), caso haja incidentes de maior magnitude ou mesmo fechamento do estreito de Hormuz, no golfo Pérsico, ou estreito do Golfo de Áden, na entrada do Mar Vermelho⁶⁵, seu poder naval já se encontra projetado; corroborando o diagnóstico proposto por Hoffman (2014), ao avaliar a estratégia marítima à luz do orçamento de defesa dos EUA.

Por sua vez, observa-se a elevação dos casos de ataques piratas e roubo armado a

⁶⁴ *EUNAVFOR* – A Marinha de Portugal e da Itália tiveram participação expressiva. Disponível em: <www.jus.uio.no/english/services/library/treaties/14/14-01/imo_consolidated.xmt>. Acesso em: 20 jun. 2015.

⁶⁵ Ressalta-se que os EUA estão dando ênfase ao conceito de A2AD (*Anti Access Area Denial*) ao coletarem o posicionamento de *think tanks* de outros países no momento em que percebem ações da China e do Irã, em regiões estratégicas no fluxo do comércio mundial, no Mar do Sul da China e Golfo Pérsico, respectivamente. Simpósio do *Naval War College*, realizado na EGN, em maio de 2015.

navios no *GoG*, em especial nas águas nigerianas, o que fomentou a realização da Operação “Obangame Express”, a partir de 2011, no âmbito do *Africa Partnership Station*, com a participação de países africanos da região e meios navais dos países da UE e dos EUA.

Assim, eleva a probabilidade da ONU, por meio do *G7++FOGG*, adotar o mesmo procedimento de combate da costa somali às ameaças no litoral Atlântico da costa oeste africana. Dado que, em 2014, os casos de atos de pirataria e roubo armado contra navios ainda se mantêm elevados, cerca de 45, cabe destacar que, embora tenha havido redução anual, segundo dados daquela força: 54, em 2013; 64, em 2012; em 2014, surgem 7 casos de navios sequestrados, com aumento do nível de violência. Considerando que 2/3, cerca de 30, dos casos se deram em águas territoriais e águas internacionais, o estabelecimento ou deslocamento da *EUNAVFOR* para a costa oeste é de elevada probabilidade.

As implicações para o Brasil (MB) são consideráveis pois, ao se verificar as demandas tanto da ZOPACAS e, por vezes conflitantes da CPLP, deve-se esperar atuação para equacionar ou mitigar a situação que afeta a segurança marítima no Atlântico Sul, em área de interesse estratégico ao País. Em especial, junto aos países da costa oeste africana, cujas economias frágeis dependem do comércio marítimo e, em cujos portos e águas territoriais, ainda percebem-se ações de roubo de carga, ataques de piratas para sequestros de navios que poderão impactar suas receitas. Tal percepção motivou a realização do Seminário sobre Vigilância Marítima, em Salvador, em 2013, com patrocínio do Governo brasileiro à participação de dois militares dos países africanos membros da ZOPACAS (BRASIL, 2015g).

3.7 Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS)

A principal ferramenta que os Estados podem se valer para promover o crescimento do comércio é a estabilidade das regras e a livre circulação dos meios de produção. Em se

tratando do comércio marítimo, em especial, a liberdade de navegação permite que o fluxo de bens e recursos, de todo tipo, cruzem os oceanos nas linhas de comunicações marítimas (TILL, 204). No Brasil, o Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM) está sob a responsabilidade da Marinha do Brasil como Autoridade Marítima. O controle operativo é realizado no Comando de Operações Navais (ComOpNav) e, à Diretoria-Geral de Navegação(DGN),⁶⁶ cabe a direção e orientação técnica das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) e pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). O Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) é a Organização Militar (OM) subordinada ao ComOpNav que executa a tarefa de CNTM empregando várias ferramentas de tecnologia da informação e comunicações (TIC) para acompanhamento das embarcações de interesse nas AJB, em estreita observância às normas e deliberações da CNUDM e da IMO.

Por exemplo, no caso de uma embarcação adentrar a área de responsabilidade de socorro e salvamento do Brasil (Área-SAR), ela é convidada a aderir e, caso aceite, passa a ser acompanhada no SISTRAM. De forma similar, há outros sistemas cujas informações das embarcações são coletadas e as mesmas são acompanhadas, por adesão ou dados enviados remotamente por satélites e recebidos em receptores tipo AIS (*Automatic Identification System*) (BRASIL, 2015g). Citam-se o sistema de identificação e acompanhamento de navios a longa distância (*LRIT*), o programa de rastreamento de embarcações pesqueiras por satélites (PREPS), com impacto direto na atividade de pesca e relevante aos países africanos atlânticos, que desenvolvem esta atividade para prover a alimentação de suas populações.

No que tange ao CNTM, a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS) tem um impacto significativo, sendo a coordenação da AMAS (C-AMAS) feita sob a modalidade de revezamento entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai utilizando-se as instalações do ComOpNav/ComCoNTraM para implementação do Centro Regional do Tráfego Marítimo da

⁶⁶Recentemente foi efetuada a separação do ComOpNav e da DGN, até então acumulados no Comandante de Operações Navais.

AMAS (CRT-AMAS) em exercícios, em especial para acompanhar o tráfego marítimo e o posicionamento dos navios mercantes, ao longo de suas travessias, ao demandar os diversos portos do País e dos diversos continentes.

Entre as principais tarefas decorrentes, destaca-se o assessoramento ao ComOp-Nav, como representante da Autoridade Marítima do Brasil, quando da ocorrência de incidentes ou sinistros no mar, comumente chamados de eventos SAR (*Search And Rescue*), para o acionamento de unidades navais ou navios mercantes mais próximos dos locais do sinistro, garantindo maior precisão no processo e reduzindo o tempo de reação. Ressalta-se a relevância atribuída pelo Brasil à vigilância como ferramenta de suporte à segurança marítima e ao cumprimento de leis e ordenamento no mar, ao conduzir o seminário sobre “Vigilância Marítima, Sistemas de Monitoramento e Comunicações para a Segurança Marítima”, realizado na Escola Naval, em fevereiro de 2015, sob a coordenação da IMO, e presença de países lusófonos (BRASIL, 2015d). Ao longo desse evento, foi possível apresentar os sistemas de apoio ao CNTM brasileiro e, assim, discutir propostas para o incremento da segurança marítima no Atlântico Sul, surgindo oportunidades para que os desafios comuns sejam enfrentados com a cooperação dos Estados banhados pelo mesmo oceano.

As ferramentas que auxiliam na execução do controle têm evoluído, em larga escala, com a evolução das soluções em TIC. Cita-se o exemplo da Rede Integrada AIS dos países da AMAS que, ao incorporar informações dos sistemas de identificação automática (*AIS*) dos navios mercantes ao SISTRAM, trouxe melhorias ao monitoramento do tráfego marítimo da referida área (BRASIL, 2015d). Outro exemplo relevante, em outubro de 2002, durante o 4º Simpósio Regional *Seapower* (*RSS*) as marinhas do Mediterrâneo e do Mar Negro assinaram um acordo sobre a necessidade de reforçar a segurança do tráfego marítimo no Mediterrâneo por meio da apresentação de iniciativas para garantir a segurança das atividades marítimas na região. Durante o quinto simpósio, realizado na cidade de Veneza, em outubro de

2004, foi apresentado o Protótipo do *Virtual - Regional Maritime Traffic Center (V-RMTC)*, desenvolvido com participação da Marinha do Brasil (MB) e que obteve um amplo consenso. O *V-RMTC* está operacional desde 20 de setembro de 2006 (BRASIL, 2015d).

Por sua vez, foram conduzidos esforços de integração da Marinha do Brasil e da Marinha de Cingapura, que culminaram com a assinatura, em 21 de outubro de 2010, de um Arranjo Operacional, criando-se, assim, o *T-RMN (Trans-Regional Maritime Network)*. Esse sistema contempla a troca diária de informações de Tráfego Marítimo entre os países pertencentes à comunidade do Mediterrâneo, Brasil e Cingapura, visando a ampliar a consciência situacional marítima. A troca de informações se dá por meio dos sistemas de acompanhamento de Tráfego Marítimo de cada país, a partir da plataforma *SMART (Service-Oriented Infrastructure for Maritime Traffic Tracking)*, no caso da MB, o *SISTRAM (Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo)*, *OASIS (Open & Analysed Shipping Info System)*, no caso de Cingapura, e o próprio *V-RMTC*, no caso da Itália e dos países do Mediterrâneo (BRASIL, 2015g). Anualmente, vem sendo realizado exercício de Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM), denominado *T-RISE (Trans-Regional Information Shipping Exercise)*, executado pelos países participantes da *T-RMN*.

Essas ferramentas têm sido apresentadas aos países limítrofes do Atlântico Sul, em especial, os lusófonos e os da costa oeste africana, como mecanismos de cooperação para ampliar a capacidade de vigilância no mar e, assim, contribuir para a segurança marítima no Atlântico Sul. Destaca-se a visita do Comandante da Marinha de Cameroun, que, atualmente, exerce a presidência do Centro Inter-Regional de Coordenação da Segurança Marítima do Golfo da Guiné (CIC), órgão criado para atuar na coordenação das ações de combate à pirataria, e demais autoridades camerunesas, engajadas em soluções para reduzir ou evitar a pirataria e outros crimes transnacionais naquela região (BRASIL, 2015d). Assim, quanto mais países da África atlântica, ou os órgãos de controle dos organismos sub-regionais, vierem a aderir

a essas soluções, maior será a troca de informações e, conseqüentemente, mais robusto será o processo de acompanhamento do fluxo de embarcações, contribuindo de forma significativa para a segurança marítima no Atlântico Sul.

3.7.1 Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul⁶⁷ (SisGAAz), ao prever um extenso arranjo de sensores e meios de monitoragem e vigilância, ao longo da costa brasileira, permitirá à MB ampliar a sua consciência situacional das atividades em andamento no espaço marítimo das AJB (FERREIRA, 2015). O gerenciamento está associado a uma integração de conjunto elevado de informações em vários níveis de camadas e de disponibilização a usuários compartimentados, de acordo com suas esferas de atuação. Não obstante, ao se associar com outras agências governamentais, visando ao compartilhamento de informações que dobre em ações prontas e coordenadas do Estado para se contrapor às ameaças ou incidentes que se manifestarem, o projeto ganha em robustez e amplia a capacidade de governança do País em suas Águas Jurisdicionais.

Por sua vez, conforme se observa no *GoG*, no que tange ao combate à pirataria e aos crimes transnacionais, a segurança marítima fica fragilizada à medida que alguns dos participantes da região apresente reduzida capacidade de prover vigilância e controle em sua AJ. Ou mesmo, não disponha de elementos materiais e institucionais para fazer valer o ordenamento jurídico apropriado, enquanto se observa o crescimento de atos de pirataria e outros crimes transnacionais nas áreas marítimas adjacentes, fomentando a aproximação de atores extrarregionais.

⁶⁷O SisGAAz é um projeto estratégico para a Força Naval com repercussão para vários órgãos federais cujas atividades estejam ligadas ao cumprimento de leis e normas e soberania no território nacional. Encontra-se em fase de análise das propostas de arquiteturas apresentadas pelas empresas interessadas (FERREIRA, 2015).

4 COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS

Ao europeu coube trazer a América para o mundo conhecido por meio do trabalho de contingentes de africanos deslocados para um continente que um dia já esteve ligado à África. Assim, se a África cedeu parte de sua gente para ajudar a edificar o Brasil, os brasileiros fazem o caminho inverso e cooperam para reerguer a África. Segundo Therezinha de Castro, “a presença negra na formação étnica e cultural de nosso país é dos fatores que mais fortemente impulsionam a abertura do Brasil para a África e da África para o Brasil (CASTRO, 1981, p.204). Assim, serão analisados alguns temas que sejam passíveis de ampliar a cooperação junto aos Estados da costa oeste africana.

4.1 Cooperação brasileira como ferramenta de *soft power*

Segundo a END (2008), para a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), as ações desenvolvidas devem primar pelo diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula da América do Sul-África (ASA) e o fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Essa forma de proceder traz um componente especial ao poder de influenciar do Brasil: a legitimidade pela multilateralidade.

A legitimidade é crescentemente compreendida em termos da institucionalização das relações, no contexto de arenas multilaterais tangíveis, que são oriundas das potências hegemônicas, por exemplo pelas Instituições de *Bretton Woods*, conforme abordado em 3.2, que ditam a ordem e a governança no sistema internacional (AMORIM, 2013).

A observância do respeito aos acordos internacionais pelo Brasil e a busca pela legitimidade conferida pelo sistema e suas instituições se alinha ao que Lundin (2014) batizou de “a força da sabedoria” ou de “como deve ser”. Em detrimento da legitimidade a partir do

pressuposto do potencial do Estado para ampliar seu poder seguindo a linha do realismo, por meio da força, o que Lundin (2014) cunhou de “a pujança da força” (LUNDIN, 2014, p. 324). Ou seja, a legitimidade é mais de fora para dentro, reconhecimento pelos outros, do que o contrário, de dentro para fora, como parte do resultado de capacidades militares (MARQUES e SPANAKOS, 2014, p.142).

Não é por acaso a aproximação dos EUA à China e ao Brasil, nas recentes visitas de Chefes de Estado, tentando estabelecer uma legitimidade na agenda de compromissos para o meio ambiente com o discurso de melhorar metas para a redução de emissão de gás carbônico, a serem propostas na próxima Conferência do Clima, em Paris; ou mesmo nos esforços de Brasil e dos países emergentes para destravar a “Rodada de Doha”, na Organização Mundial do Comércio (OMC), em muito paralisada pelos interesses dos EUA e países da UE nos subsídios agrícolas a produtores locais, em detrimento dos países mais pobres, em especial os da África, cujas economias, largamente baseadas na agricultura, ainda são frágeis (AMORIM, 2013). Observa-se nesses movimentos a incessante busca de emplacar a liderança e a capacidade de influenciar os demais.

Assim, buscar-se-á identificar a cooperação entre o Brasil e os Estados da costa oeste africana, sua participação nos fóruns e organismos internacionais afetos ao tema do mar e sua segurança, com ênfase para os reflexos afetos à Marinha do Brasil.

4.2 Cooperação para a segurança alimentar

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) apresenta várias ações de ajuda aos países em desenvolvimento, a partir da Agência Brasileira de Cooperação⁶⁸, por meio da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD) (BRASIL, 2015f). Os

⁶⁸MRE – Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <[www.abc.gov.br/Cooperação Técnica/O Brasil e a Cooperação](http://www.abc.gov.br/Cooperação_Tecnica/O_Brasil_e_a_Cooperação)>. Acesso em: 22 jul. 2015.

acordos vigentes contemplam os seguintes países: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Cameroun, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal e Zimbábue.

Destaca-se a Cooperação Brasil-PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), em ações para mitigar a fome e a pobreza, ao apoiar o desenvolvimento da agricultura desses Estados (BRASIL, 2015f). Ressalta-se a participação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), tanto nos projetos de manejo do solo para controle biológico de pragas, quanto para o desenvolvimento de capacidades para implantação de técnicas de cultivo de culturas diversas. Cita-se o “*Cotton 4*” que envolve Benin, Burkina Faso, Chade e Mali elaborado com base em variáveis econômicas, ambientais e de segurança alimentar, o que caracteriza a sustentabilidade em sua concepção (BRASIL, 2015f).

4.3 Cooperação na área de educação: apoio técnico no âmbito da Defesa

A educação também tem sido um canal para o estreitamento dos laços de cooperação internacional com os países africanos, ressaltado no Programa de Estudantes e Convênio em Graduação (PEC-G)⁶⁹, para a formação de estrangeiros no Brasil (HONORATO e DA COSTA, 2013, p.179). A MB, no âmbito do Ministério da Defesa, destaca as oportunidades para jovens estrangeiros que estão relacionados ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), cuja consulta pode ser feita no sítio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Coordenados pelo EMA, os cursos estão incluídos no Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval destinados a pessoal extra-Marinha (BRASIL, 2011).

⁶⁹ O Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, que dispõe sobre o PEC-G, logo em seu art.1º, evidencia a sua destinação à formação e à qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, independentes de públicas ou privadas (HONORATO e DA COSTA, 2013).

Conforme apresentado por Honorato e Da Costa (2015), os cursos podem ser de curta ou longa duração. Os de curta duração estão previstos no Programa de Cursos de Curta Duração para Aquaviários Estrangeiros (PACCD) e são realizados em centros de instrução no Rio de Janeiro-RJ e em Belém-PA. São destinados ao órgão da administração governamental responsável pela formação de pessoal da Marinha Mercante nos países-membros da Organização Marítima Internacional (IMO), com os quais o Brasil tenha acordos culturais. Os cursos de longa duração, incluindo-se o de formação de oficiais da Escola Naval (EN), são acordados entre o governo brasileiro e os adidos de defesa estrangeiros dos países, que têm representação no Brasil, com os quais o País mantém estreita relação de cooperação (HONORATO e DA COSTA, 2013).

Mais recentemente, a MB iniciou o Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), um Mestrado Profissional em Estudos Marítimos com áreas de concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima, coordenado e conduzido pela Escola de Guerra Naval (EGN), em seu Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) e reconhecido pela CAPES⁷⁰. Ao possibilitar a abordagem de temas de segurança e defesa relacionados ao mar, em geral, e, particularmente, ao oceano Atlântico, em linhas de pesquisa e estudos acadêmicos em nível de mestrado, contribui de forma marcante para aprofundar a mentalidade marítima, pontuada por Geoffrey Till (2004), e o grau de conscientização da sociedade brasileira para área estratégica e tão cara aos desígnios do Brasil e dos países limítrofes de África e América do Sul.

No presente momento, dentre os 39 alunos inseridos no programa, dois representantes de Angola fazem parte do rol de mestrandos, o que corrobora para o estreitamento dos laços de amizade e cooperação com os países africanos, em especial, os lusófonos da CPLP. Assim, amplia a EGN o papel da MB na condução dos objetivos político-estratégicos do Bra-

⁷⁰ CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que homologa as instituições para os programas de pós-graduação.

sil. Bem antes de se cunhar a expressão *think tank*⁷¹, Rui Barbosa, em sua reflexão sobre os ensinamentos advindos da maritimidade, já antevia a contribuição da EGN para a formulação do pensamento estratégico brasileiro:

Quando a **escola do oceano** se reúne à **escola da guerra**, podem estar certos de que se lhes dispensou, entre seus semelhantes, um quinhão incomparável de saber (BARBOSA, 1896; citado por FILHO, 1953, p. 201, grifo nosso).

Honorato e Da Costa (2013), ao discorrerem sobre os alunos estrangeiros cursando na Escola Naval, apresentam os dados de matrícula no PEC-G, efetivadas entre 2001 e 2010:

Os dados apontam para uma maior disponibilização de cursos de graduação para a “África Negra”, provavelmente **em função da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. Conforme pode ser verificado, do total de estrangeiros, os africanos estão com mais de 80% das matrículas nas IES nacionais (HONORATO e DA COSTA, 2013, p.179, grifo nosso).

O Apêndice F apresenta os dados consolidados das parcerias em capacitação de pessoal conduzidas pela MB, em 2015. Namíbia (57), Angola (18) e Senegal (9) são os países que se destacam em número de participantes, mas que incluem também Cabo Verde (3), São Tomé e Príncipe (4), Moçambique (1) e Nigéria (1); sendo o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), 54, a Escola Naval (EN), 21, e o Centro de Instrução Almirante Wandelkolk (CIAW), 17, as instituições de ensino mais requisitadas pelos países africanos. É um processo que tende a se ampliar pois passou a programa do Estado brasileiro, aderente às tratativas em diversos fóruns como a IMO, CPLP e ZOPACAS. Dessa forma, outros Estados da costa oeste africana podem ser motivados a participar.

Assim, considera-se que, após esse grupo de jovens estiver formado, em nível de oficiais e praças, abre-se a oportunidade para as potencialidades de outros centros de instrução

⁷¹ Termo que tem sido utilizado para designar uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais. Disponível em: <www.institutomillennium.org.br/artigos/think-tank>. Acesso em: 22 jul. 2015.

especializada de que se dispõe para o aperfeiçoamento das habilidades desses militares⁷². Cabe ressaltar que o ensino e a formação são atividades que, ao pavimentarem o crescimento intelectual e pessoal dos indivíduos, possibilitam, quando do retorno a seus países, alavancar o desenvolvimento das instituições nacionais e de suas práticas, além de ampliar as redes de contato das gerações futuras de oficiais e praças que dividiram bancos escolares. Além de permitir a exposição aos valores e à cultura brasileira que reforçará o senso de identidade e a construção de laços de camaradagem, passíveis de se manifestar em futuras operações no mar ou por ocasião de visitas pelos navios, em que estejam embarcados, a portos de ambos os países.

4.4 Fomento à capacidade naval dos países africanos: dissuasão distribuída

Remete-se ao ano de 1994, quando da decisão governamental em apoiar a formação da ala naval namibiana⁷³, pelo Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a Namíbia. Em 28 de setembro de 1997, foi prontificada a Carta Náutica nº 3931 – “*Approach to Walvis Bay*”, cujos levantamentos técnicos foram conduzidos pelo NHi “Sírius”. Em 25 de junho de 2004, seguiu-se a transferência da ex-Corveta “Purus”, rebatizada para Cv “N.S. LT. Gen. Dimo Hamaambo”(C11), após revitalização na Base Naval de Salvador; considerável efetivo de militares formados nas Instituições de Ensino da MB; e, mais recentemente, a aquisição por aquele país do Navio-Patrolha da classe “Grajaú”, batizado “Brendan Symbwaye”(P11) e 2 Lanchas-Patrolha da classe “Marlim”: “Terrace Bay”(HPB 20) e “Möwe Bay”(HPB 21).

⁷² Referente às atividades técnicas e militares específicas, citam-se: CAAML (Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão); CIAAN (Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval); CIAMA (Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átilla Monteiro Aché); CIANB (Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga).

⁷³ Em 1999, o autor exercendo o cargo de Imediato da Ex-Corveta “Bahiana”, sediada em Rio Grande-RS, teve a oportunidade de receber a bordo um Guarda-Marinha namibiano, recém formado na Escola Naval, para cumprimento de estágio a bordo, antes da nomeação ao oficialato e retorno a seu país.

Assim, de forma similar, abre-se a oportunidade para que futuras aquisições de Navios-Patrolha de 500 toneladas da classe “Macaé”, Corvetas da classe “Barroso”, aeronaves de asas rotativas e asas fixas: UH-15, da Helibrás; Super Tucano, R-99, E-99, da EMBRAER, (ROSSATO, 2015), sejam objeto de interesse para o desenvolvimento das forças de defesa desses países ou mesmo para compor suas guardas costeiras. Em especial, ao tomarem conhecimento de suas peculiaridades, durante a realização dos cursos, permitindo, assim, a assessoria adequada a seus decisores nos processos de aquisição.

Nessa mesma linha de cooperação, o Brasil, por meio de grupo de apoio técnico de fuzileiros navais (GAT-FN), está contribuindo para a formação da ala naval e guarda costeira de São Tomé e Príncipe e, recentemente, foi aberta uma Adidância Naval em Cabo Verde, países lusófonos e situados estrategicamente em ilhas próximas ao Golfo da Guiné.

Por sua vez, fruto das parcerias do fórum IBAS e BRICS, as relações com a África do Sul apresentam-se mais frequentes, inclusive com a realização de exercícios navais nas operações ATLASUR e IBSAMAR. No âmbito da CPLP, estão sendo realizadas as Operações “FELINO”. Houve um incremento nas relações com a Nigéria, recentemente, no que diz respeito à aproximação na Operação “Obangame Express”, com a participação de Navios de Patrulha Oceânico da classe “Amazonas”, nas edições de 2011 a 2014. Em especial, destacam-se os adestramentos e assessorias para ações de combate à pirataria e ilícitos no mar. Contudo, ainda há espaço para aproximação com outros Estados, por exemplo Marrocos, Gana, Cameroun e Costa do Marfim, que embora não sejam lusófonos, tem se mostrado como lideranças nos fóruns sub-regionais.

Observando-se o sítio da Real Marinha do Marrocos, chama a atenção a qualidade dos meios de superfície que compõem o inventário daquela marinha: fragata multipropósito de origem francesa (FREMM), fragatas da classe “Sigma”, vários tipos de navios patrulha oceânicos e navios anfíbios. Contudo, não se observa menção a submarinos. Destaca-se que o

Marrocos está localizado, estrategicamente, em ponto focal ao Norte, banhado simultaneamente pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo, na convergência das linhas de comunicações marítimas que interligam o comércio atlântico à União Europeia.

Assim, considera-se relevante para a MB uma possível parceria estratégica com outros Estados africanos da costa oeste, a saber Marrocos, Nigéria e Angola para a formação de pessoal, a saber, de submarinistas. A África do Sul, por exemplo, possui em seu inventário 3 submarinos convencionais tipo 209 de origem alemã, semelhantes aos submarinos brasileiros da classe “Tupi”. Ao longo da prontificação dos submarinos classe *Scorpène*, e dos submarinos de propulsão nuclear, previstos no programa de desenvolvimento de submarinos (PROSUB), apresenta-se, como possibilidade, firmar um programa de capacitação de pessoal e transferência dos 4 submarinos classe “Tupi” por meio de parceria estratégica.

Vislumbra-se, além de estabelecer pontos de apoio aos submarinos brasileiros na costa africana, permitirá ampliar a capacidade de dissuasão na ZOPACAS pelo desdobramento de submarinos na área do Atlântico Sul, tanto na margem brasileira, pelos meios a serem desenvolvidos pelo PROSUB, quanto na margem africana, ao longo da costa: ao norte, ao centro e ao sul. Ressalta-se a existência de capacidade submarina na África do Sul, cujos laços de cooperação com o Brasil se ampliam, inclusive com a parceria em projetos para a fabricação de mísseis e armamentos (CARMONA, 2013). Em acréscimo, no bojo dessas parcerias estratégicas, numa fase futura, em face do crescimento da economia desses Estados, abrir-se-iam, também, canais para a aquisição de submarinos classe “*Scorpène*” construídos no Brasil.

4.5 Atlântico Sul: consciência situacional marítima compartilhada

Considerando-se que o PROSUB segue seu ritmo (SANTOS, 2013), a Marinha do Brasil tem trabalhado para ampliar sua consciência situacional no domínio marítimo de inte-

resse no Atlântico Sul, resultando nos esforços de convencimento junto aos setores governamentais por projetos estratégicos como o SisGAAz. Cabe ressaltar, que o conceito de Amazônia Azul, estrategicamente cunhado para despertar na sociedade brasileira um olhar mais consciente para esse bem nacional no mar pode, também, ajudar outros países litorâneos na costa atlântica africana.

A semelhança do apoio dado à Namíbia, o Brasil, ao deter conhecimento de como se conduz o processo de levantamento e conformação dos dados da plataforma continental para serem apresentados à comissão de limites da ONU (LEPLAC), pode cooperar nessa relevante atividade que aumenta a consciência situacional marítima nas AJ dos países africanos (MORE, 2004). Por sua vez, além de novos recursos, quanto mais países africanos se alinharem ao pleito brasileiro, por meio de sua modelagem e metodologia de obtenção e análise dos dados, maior é a influência a ser construída pelo Brasil junto à IMO e, em acréscimo, à ONU. Em especial, para a consolidação no direito de soberania sobre os recursos vivos e não vivos existentes na plataforma continental dos Estados ribeirinhos de ambas as margens do Atlântico Sul, à semelhança das ações coordenadas nos projetos REVIMAR e REMPLAC. Ao que Lundin (2014) propõe em “abandonar o confronto e focar no plano normativo, caracterizado pela força da sabedoria ao priorizar o **como deve ser**” (LUNDIN, 2014, p. 334, grifo nosso). No caso, representado pelos conhecimentos acumulados e compartilhados com os países africanos por meio de cooperação para a segurança da navegação e uso sustentável do mar.

Destacam-se as ferramentas já desenvolvidas para o CNTM, como o *Virtual - Regional Maritime Traffic Center (V-RMTC)* e o Centro Regional de Tráfego Marítimo da AMAS (CRT-AMAS), descritos em 3.7. No âmbito da ZOPACAS, esse tipo de solução tecnológica e operacional poderia ser estudada e, após verificados os requisitos e particularidades dos países e organizações sub-regionais do *GoG*, adaptada para compor a ferramenta de TIC para o arranjo regional deliberado na cúpula de Iaundê e mobiliar o CIC. Assim, dotar-se-iam

os órgãos de controle daquelas organizações regionais de ferramentas úteis ao compartilhamento de informações, em proveito das ações de combate à pirataria e ao roubo armado a navios, além de otimizar atividades de SAR e mesmo apoiar no controle de embarcações e da atividade pesqueira, evitando-se a sobrepesca ou pesca ilegal.

Por sua vez, a modelagem proposta para o projeto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), ao conceber um extenso arranjo de sensores e meios de monitoragem e vigilância, ao longo da costa brasileira, permitirá ao Brasil ampliar a sua consciência situacional das atividades em andamento nas AJB. Não obstante, a segurança marítima no Atlântico Sul fica fragilizada a medida que alguns dos participantes da região apresente reduzida capacidade de prover sua vigilância e controle, ou mesmo não disponham de elementos materiais e institucionais para fazer valer o ordenamento jurídico apropriado (GUEDES, 2013). Na prática, todos têm em suas AJ e plataformas continentais patrimônios que pertencem a seus cidadãos, cujas sociedades devem ter acesso e exercer soberania.

Considera-se, então, a possibilidade de compartilhamento da modelagem do projeto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), com os estudos e adaptações necessários a cada caso dos países limítrofes do entorno estratégico, tanto no subcontinente sul-americano quanto no africano, a fim de se estabelecer de forma concertada, cooperativa e multilateral uma ferramenta operacional para a ZOPACAS, o Sistema de Gestão e Governança do Atlântico Sul (SisGAS). Assim, espera-se ampliar a capacidade dos países na área marítima do Atlântico Sul em manter a soberania por meio do monitoramento, controle, presença, compartilhamento de informações, em tempo quase real, fortalecendo as instituições e o poder marítimo e, em última instância, a própria segurança marítima no Atlântico Sul.

5 CONCLUSÃO

Separados há longos anos pela tectônica de placas e deriva continental, a projeção do Brasil para a área marítima do Atlântico Sul, além de estratégica, é mais ampla, pois traz no bojo a cooperação como mecanismo de reaproximação histórica da América do Sul com a África, de onde herdamos parte do que somos, de nossa cultura e do que queremos ser: livres e com igualdade de oportunidades. Em relação ao entorno estratégico brasileiro, por sua vez, como alertava Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro, o que se observa é exatamente um maior engajamento e intensa aproximação de potências tradicionais e emergentes com poder econômico e militar expressivos, tanto no Atlântico Sul, como nos países limítrofes da costa atlântica africana.

A abundância de recursos, contrapostos às fragilidades nacionais, urge que o Brasil deva estar pronto para enfrentar desafios mais agudos do que os observados no passado recente. Cabe-nos lembrar a perspectiva de degradação ambiental, a escassez de água potável em escala global, a preservação do meio ambiente como elemento de discurso nos países desenvolvidos, a disputa pelas reservas de recursos energéticos, a fome e desigualdades latentes na África, a definição de soberania e o aumento da viabilidade comercial da exploração de recursos naturais, localizados nos fundos marinhos, como desafios globais.

Nesse ínterim, a preservação da capacidade de dissuasão e a segurança marítima no Atlântico Sul passam pela manutenção de Forças Armadas brasileiras, onde se insere a Marinha do Brasil, equipadas e preparadas mediante o desenvolvimento de projetos estratégicos que garantam o trinômio monitoramento/controle, presença e mobilidade: a saber, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), Programa de Desenvolvimento de Submarinos

(PROSUB) e Programa de Construção de Navios de Superfície (PROSUPER).

Assim, a MB, ao cumprir seu papel constitucional de atuar no Atlântico Sul, compartilha as informações necessárias afetas ao controle do tráfego marítimo que demandem ou passem pelas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), em cooperação regional com os vizinhos da América do Sul e também da costa oeste africana e amplia a consciência situacional no domínio marítimo, contribuindo para garantir linhas de comunicações marítimas livres de ameaças à navegação e ao comércio marítimo de interesse ao desenvolvimento da economia e prosperidade das nações.

Do ponto de vista geopolítico, amplia seu potencial ao cooperar em parcerias estratégicas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), das cúpulas América do Sul-África (ASA) e Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) com os Estados sul-americanos e da costa oeste africana, lusófonos ou não. Ao formar e capacitar pessoal, equipar com navios-patrolha e, futuramente, com submarinos e aeronaves de patrulha marítima produzidos no País, desenvolverá a Base Industrial de Defesa nacional e reforçará a estratégia prevista na Política Nacional de Defesa (PND), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN): a dissuasão.

Os requisitos iniciais já foram dados no projeto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul e algumas iniciativas, desenvolvidas no âmbito do Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM), como o *Virtual - Regional Maritime Traffic Center (V-RMTC)* e o Centro Regional de Tráfego Marítimo da AMAS (CRT-AMAS), apontam para sua eficácia. Principalmente, pela postura estratégica de não intervenção ou expansionista do Brasil, pela busca de soluções pacíficas para os conflitos, pelo respeito à soberania e autodeterminação dos povos, há uma capacidade de influência tanto nos vizinhos da América do Sul, quanto nos Estados da costa atlântica ocidental africana: a legitimidade como a força da sabedoria.

Essas iniciativas podem ser orientadas à criação dos órgãos de segurança daqueles Estados, no que diz respeito ao mar. Citam-se os exemplos de cooperação com a Namíbia, Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde para a capacitação de pessoal e a formação de uma ala naval e guarda costeira. Outro exemplo prático, é a aproximação com os países do Golfo da Guiné, em apoio ao combate a ilícitos no mar, às ações antipirataria e roubo armado de navios com a participação de meios navais, de forma concertada, cooperativa e multilateral, nos exercícios e operações navais multinacionais, observando-se, sempre, as Leis brasileiras e os preceitos normativos da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM).

Expandir a segurança além das ações visando à defesa, permeando as áreas econômica, social, ambiental, fiscalização das leis, permitindo que as ações de monitoramento e controle dos Estados, em suas águas jurisdicionais, contribuam para a prosperidade de seus povos e o desenvolvimento do poder nacional. Dessa forma, seja o Brasil e os Estados atlânticos da costa oeste africana e sul-americanos contemplados e inseridos numa visão holística de gestão e governança para o Atlântico Sul, proposto como o Sistema de Gestão e Governança do Atlântico Sul (SisGAS).

Por fim, não alheio às dificuldades do momento, mas lembrando-lhes: “Esquadras não se improvisam!”, espera-se obter o despertar da mentalidade marítima nos povos da região para a consciência no uso sustentável dos recursos do mar e nos laços de cooperação e fraternidade com os países sul-americanos e lindeiros da costa oeste africana, ampliando o controle, afastando as ameaças de todo tipo e origem, as desigualdades e a pobreza, em prol da segurança marítima do Atlântico Sul, ecoando o desejo de um Brasil ativo como o fizeram Rui Barbosa, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro, Armando Amorim Ferreira Vidigal, entre tantos outros ilustres geopolíticos e estrategistas navais, que guardam o orgulho do Brasil e de sua Marinha, a Marinha do Brasil.

REFERÊNCIAS

AEO: African Economic Outlook. Indicadores Econômicos e Sociais da África. Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org>. Acesso em: 10 jul. 2015.

AMORIM, Celso; GRANDE ESTRATÉGIA E PODER NAVAL EM UM MUNDO EM MUDANÇAS. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 253- 267, jul./dez. 2013.

BARBOSA, Rui. Cartas de Inglaterra. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896, p. 203. Citado por: AMORIM, Celso; GRANDE ESTRATÉGIA E PODER NAVAL EM UM MUNDO EM MUDANÇAS. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 253- 267, jul./dez. 2013.

BBC. Brasil: **Entenda o genocídio de Ruanda de 1994**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms. Acesso em: 18 ago. 2015.

BEIRÃO, A.P.; O NORTE DO ATLÂNTICO SUL. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 4-8 ago. 2013, Belém-PA. **DEFESA DA AMAZÔNIA: VII ENABED**. Álvaro Augusto Dias Monteiro; Érica C.A. Winand; Luiz Rogério Franco Goldoni (orgs.). São Cristóvão-SE: Ed. UFS, 2014. p. 91-108.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Decreto Legislativo n. 373/2013, de 25 de setembro de 2013. Dispõe sobre a Política Nacional de Defesa (PND) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de set. de 2013a. Disponível em: <www2.camara.gov.br/decreto-legislativo_373v_v25_setembro_2013-7770>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Decreto Legislativo n. 373/2013, de 25 de setembro de 2013. Dispõe sobre o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de set. de 2013b. Disponível em: <www2.camara.gov.br/decreto-legislativo_373v_v25_setembro_2013-7770>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Decreto n. 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF; 13 de mar. 2013c. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Para o censo demográfico 2010. Acrescenta cerca de 0,01% à dimensão anterior, publicado no DOU nº 16 de 23/01/2013d. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/territ_are>.

a.shtm> Acesso em: 4 jun. 2015.

_____. IBRAM: **Instituto Brasileiro de Mineração**. Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA). Plano de Trabalho na Elevação do Rio Grande (ERG). Disponível em: <www.ibram.org.br/150/150010>. Acesso em: 7 mar. 2015a.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. **Catálogo de cursos e estágios do ensino naval destinados a pessoal extra-Marinha**. Brasília, DF: 2011.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. **AMAZÔNIA AZUL**. Brasília, DF: 2015b. Disponível em: <www.marinha.mil.br/sic/amazonia-azul.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015b.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. **COMCONTRAM**. Brasília, DF: 2015c. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/comcontram/vrmtc.html>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. **NOMAR**. n. 874. Brasília, DF: fev. 2015d. Disponível em: <www.marinha.mil.br/sic/nomar.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Ministério da Defesa. Notícia: **Brasil e França estreitam parceria na área espacial**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/15837-brasil-e-franca-estreitam-parceria-tecnico-gerencial-na-area-espacial>>. Acesso em: 18 ago. 2015e.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**. Brasília, DF: 2015f. Disponível em: <www.marinha.mil.br/sic/nomar.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nota de Esclarecimento: **Combate à pirataria e aos ilícitos marítimos no Golfo da Guiné**. Brasília, DF: 2015g. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content/view/article/id/3508/catid/42/Itemid/280/lang/pt-BR>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BUZAN, B.; WOVER, O.; WILDE, J.; **SECURITY: a New Framework for Analysis**. Londres: *Lynne Rienner Publishers*, 1998. 239 p.

CAGARRINHO, E.J.; O papel da estratégia naval decorrente das novas ameaças e cenários de crises. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa, 2011. Citado por: SIMIONI, A.A.C.; TERRORISMO MARÍTIMO. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.135, n.01/03, p. 23-46, jan./mar. 2015.

CARMONA, Ronaldo; Desafios ao Adensamento da projeção brasileira em seu entorno estratégico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 4-8 ago. 2013, Belém-PA. **DEFESA DA AMAZÔNIA: VII ENABED**. Álvaro Augusto Dias Monteiro; Érica C.A. Winand; Luiz Rogério Franco Goldoni (orgs.). São Cristóvão-SE: Ed. UFS, 2014. p. 343-376.

CASTRO, Therezinha de. **ÁFRICA. Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 211 p.

CIA: *Central Intelligence Agency. The World Factbook.* Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CORKIN, L.J.; *China's rising soft-power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations.* **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57 (edição especial), p. 49-72, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400204>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

COSENTINO, Michele. UMA ESTRATÉGIA MARÍTIMA PARA A UNIÃO EUROPEIA. *Rivista Maritima*, Itália, março, p. 40-49, 2014. SANT'ANNA, C.A.R (Res.) In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 135, n. 01/03, p. 275-277, jan./mar. 2015.

CPLP: **COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**. Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

DE NARDI, J.C.; Perspectivas de Conflitos no Atlântico Sul: Reflexos para a Defesa Nacional. In: **Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra - 2015**. Apresentação em Slides. Rio de Janeiro: Auditório da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 15 mai. 2015.

DOS SANTOS, N.Z.; POR QUE FOI CRIADA A AMAZUL? **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.135, n.01/03, p. 82-86, jan./mar. 2015.

EARTH: The Encyclopedia of Earth. The Senegal River. Disponível em:<www.org/view/article/224273>. Acesso em: 29 maio 2015.

EUA. Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI. In: **Simpósio do Naval War College**. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, mar. 2015. 35 p.

FARIA, E.P.; **A Importância Estratégica do Atlântico Sul**. In: Apresentação em Slides. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. 2015.

FERREIRA, E.B.L.; O papel da Marinha do Brasil. In: **Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra - 2015**. Apresentação em Slides. Rio de Janeiro: Auditório da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 3 mar. 2015.

FFP - *Found For Peace: Fragile States Index (FSI)*. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

FILHO, L.V.; **ANTOLOGIA DE RUI BARBOSA**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953. 225 p.

FOCAC. **Fórum de Cooperação China-África (Forum on China-Africa Cooperation)**. Disponível em:<<https://china-africa-reporting.co.za/focac-themed-grants-2015>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

FREITAS, J.M.C.; **A Escola Geopolítica Brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 136 p.

GALVAN, Caroline. *For wich risks is sub-Saharan Africa least prepared? World Economic Forum on Africa (WEFA)*: 4 jun. 2015. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-risks-2015>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

GUEDES, H.P.P.; PIRATARIA MARÍTIMA FORA DE CONTROLE NO GOLFO DA GUINÉ. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.132, p. 105-114, jul./set. 2013.

GUEDES, H.P.P.; A PIRATARIA MARINHA VIVE ACALMIA A NÍVEL GLOBAL. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.134, n.07/09, p. 152-158, jul./set. 2014.

G7++FOGG. **Grupo Formado pelo G7 e Amigos do Golfo da Guiné**. Reunião de cúpula do grupo para rever os desafios em apoio à implementação das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU de nº 2018 (2011) e nº 2039 (2012), ocorrida em Acra (Gana), em 3 de dezembro de 2014. Disponível em:<www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy-1/defence-security/events-7786/article/g7-friends-of-the-gulf-of-guinea>Acesso em: 20 jun. 2015.

HE, W. P. *Tearing down the walls: on China-Africa Relations in the Construction of Soft Power. West Asia and Africa*, 11 jan. 2009b. Citado por: CORKIN, L.J.; *China's rising soft-power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations*. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57 (edição especial), p. 49-72, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400204>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

HOFFMAN, Frank. **Maritime Strategy & Defense Budgets**. Washington: *National Defense University (NDU)*. 2 jan. 2014. Disponível em: <<http://warontherocks.com/2014/01/maritime-strategy-defense-budgets.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

HONORATO, H.G.; DA COSTA, T.A.; ALUNOS ESTRANGEIROS NA ESCOLA NAVAL. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.135, n.01/03, p. 176-189, jan./mar. 2015.

JOBIM, N.A.; Sistema Internacional de Segurança, Brasil e América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 4-8 ago. 2013, Belém-PA. **DEFESA DA AMAZÔNIA: VII ENABED**. Álvaro Augusto Dias Monteiro; Érica C.A. Winand; Luiz Rogério Franco Goldoni (orgs.). São Cristóvão-SE: Ed. UFS, 2014. p. 432-437.

LIGIÉRO, L.F.; **A Autonomia na Política Externa Brasileira – a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?** Brasília: Ministério das Relações Exteriores: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011, 410 p.

LUNDIN, I.B.; A pujança do forte ou a força da sabedoria: uma reflexão sobre a corrida das superpotências aos recursos da África. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 4-8 ago. 2013, Belém-PA. **DEFESA DA AMAZÔNIA: VII ENABED**. Álvaro Augusto Dias Monteiro; Érica C.A. Winand; Luiz Rogério Franco Goldoni (orgs.). São Cristóvão-SE: Ed. UFS, 2014. p. 313-342.

MACAU: **Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China** Disponível em: <<http://www.stj.pt/internacional/cptlp/202-cptlp-macau>>. Acesso

em: 22 ago. 2015.

MARQUES, Joseph. SPANAKOS, Anthony. *South-South relations and the English School of International Relations: Chinese and Brazilian ideas and involvement in Sub-Saharan Africa*. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57, p. 138-156, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400209>>Acesso em: 5 jul. 2015.

MARTINS, A.C. **Dicionário Comercial Marítimo (Dictionary of Shipping Terms) Inglês-Português / English-Portuguese**. 3ª Ed. ACM PUBLICAÇÕES. Curitiba, 1986, 112 p.

MATTOS, Carlos de Meira. **GEOPOLÍTICA**. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011a. 316 p.

MATTOS, Carlos de Meira. **GEOPOLÍTICA**. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011b. 424 p.

MORE, R.F.; Considerações sobre as recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental sobre o cone do Amazonas. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol. 57 (edição especial), p. 117-142, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400107>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

NYE, J.S. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história**. 3ed. Lisboa: Gravita, 2002. 259 p.

NYE, Joseph. WANG, Jisi. *Hard Decision on Soft Power*. *Harvard International Review*, Summer, 31(2): 18-22, 2009. Citado por: CORKIN, L.J.; *China's rising soft-power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations*. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57, p. 49-72, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400204>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

OPEP. Organização dos Países Produtores de Petróleo. **Monthly Oil Market Report**. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ORGANSKI, A.F.K; KLUGER, Jacek. *The War Ledger*. Chicago: University of Chicago Press, 1981. Citado por: MARQUES, Joseph. SPANAKOS, Anthony. *South-South relations and the English School of International Relations: Chinese and Brazilian ideas and involvement in Sub-Saharan Africa*. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57, p. 138-156, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400209>>Acesso em: 5 jul. 2015.

OUA - **Organização da Unidade Africana**. Criada em 25 de maio de 1963, foi um marco importante para o processo de descolonização e consolidação dos novos Estados africanos. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br/topicos/27208194/organiza%C3%A7%C3%A3o-da-unidade-africana-oua>Acesso em: 16 jun. 2015.

ONU – *Center on International Cooperation: Annual Review of Global Peace Operations - 2012*. New York University: 2012. 343 p.

PANGEA: *LA PARTICION DEL SUPERCONTINENTE*. Disponível em:

<bibliotecadigital.ilce.edu.mx/sites/ciencia>. Acesso em: 18 mar. 2015.

PECEQUILO, C. S.; **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004, 246 p.

PEREIRA, P.M.S.S.A.; Segurança Marítima e Pirataria no Atlântico Sul: um Balanço do Ano de 2013. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 305-329, jul./dez. 2013.

RAMO, J.C. *The Beijing Consensus, London: The Foreign Policy Centre*. 2004. Citado por: CORKIN, L.J.; *China's rising soft-power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations*. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57, p. 49-72, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400204>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

RITTNER, Daniel. Caderno Especial: Brasil-Alemanha. **Valor Econômico**. Brasília, 19 ago. 2015. p. F1.

RIVOAL, Philippe. Manutenção Baseada em Performance: Identificar os requisitos aplicáveis e indicadores da Manutenção Baseada em Performance. In: **LAAD: SEGURANÇA E DEFESA 2015**. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LOGÍSTICA MILITAR, 7., 2015, Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <www.laadexpo.com.br>. Acesso em: 16 abr. 2015.

RMB. ACONTECEU HÁ CEM ANOS: Noticiário Marítimo: ALMIRANTE MAHAN. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 135, n. 01/03, p. 271-272, jan./mar. 2015.

ROSSATO, E.D.C.; A Força Aérea Brasileira. In: **Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra - 2015**. Apresentação em Slides. Rio de Janeiro: Auditório da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. abr. 2015.

RUOGU, Li. *The West's Distortion and Falsification of China-Africa Co-operation*. *Word Economics and Politics*, 4:16-25, 2009. *Chairman and President of China Exim Bank, Presentation at the Tsinghua University School of Public Policy and Management Lecture Series, 11 jan. 2010*. Citado por: CORKIN, L.J.; *China's rising soft-power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations*. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57, p. 49-72, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400204>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SILVA, Golbery do Couto e. **GEOPOLÍTICA DO BRASIL**. 2ªEd. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967. 266 p.

SILVEIRA, C.C.; Pensamento Naval Brasileiro e o Legado de Armando Vidigal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 4-8 ago. 2013, Belém-PA. **DEFESA DA AMAZÔNIA: VII ENABED**. Álvaro Augusto Dias Monteiro; Érica C.A. Winand; Luiz Rogério Franco Goldoni (orgs.). São Cristóvão-SE: Ed. UFS, 2014. p. 517-533.

SIMIONI, A.A.C.; TERRORISMO MARÍTIMO. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.135, n.01/03, p. 23-46, jan./mar. 2015.

SOUSA, C. A.; O Entorno Estratégico Brasileiro e as Perspectivas para Cooperação da Marinha do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 523-538, jul./dez. 2013.

SULZER, Alexandre. Reportagem com o Ministro da Defesa francês JEAN-YVES LE DRIAN: *Chaque semaine perdue fait le jeu des terroristes*. **LE MONDE**, Paris, 3 out. 2012. **MUNDO**, p.8.

TANGREDI, Sam. ***Globalization and Maritime Power***. *Institute for National Strategic Studies (INSS)*. Washington: *National Defense University (NDU)*, 2002. 613p. Citado por: ALMEIDA, F.E.A.; Uma Visão Estratégica sobre a Amazônia Azul. Apresentação em Slides.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century – (Cass series. Naval policy and history, 23)**. Londres: Frank Cass Publishers, 2004. 430 p.

UA: **União Africana**. Disponível em: <www.au.int>. Acesso em: 29 jul. 2015.

VIDIGAL, A. A. F.; A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, p. 103. Citado por: AMORIM, Celso; GRANDE ESTRATÉGIA E PODER NAVAL EM UM MUNDO EM MUDANÇAS. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 253- 267, jul./dez. 2013.

VIDIGAL, A.A.F.; Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro, em 20 fev. 2001. Citado por: SILVEIRA, C.C.; Pensamento Naval Brasileiro e o Legado de Armando Vidigal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 4-8 ago. 2013, Belém-PA. **DEFESA DA AMAZÔNIA: VII ENABED**. Álvaro Augusto Dias Monteiro; Érica C.A. Winand; Luiz Rogério Franco Goldoni (orgs.). São Cristóvão-SE: Ed. UFS, 2014. p. 517-533.

VILLAS BÔAS, E. D. C.; O Exército Brasileiro. In: **Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra - 2015**. Apresentação em Slides. Rio de Janeiro: Auditório da Escola de Guerra Naval. 6 mai. 2015.

ZHU, Zhiqun. *Power Transition and US-China Relations: Is War Inevitable?* *Journal of International and Area Studies*, 12, nr.1, 2005, p.1-2. Citado por: MARQUES, Joseph. SPANAKOS, Anthony. *South-South relations and the English School of International Relations: Chinese and Brazilian ideas and involvement in Sub-Saharan Africa*. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**. Rio de Janeiro, vol.57, p. 138-156, 5 fev. 2014. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400209>>Acesso em: 5 jul. 2015.

ZOPACAS: **ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL**. Criado em 1986, pela Resolução nº41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm>. Acesso em: 24 fev. 2015.

APÊNDICE A - Principais expedições de exploradores europeus ao continente africano: sec. XVIII e XIX.

País	Expedições/Exploradores/Ano
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> - Gamito (1832-35); - Silva Porto (1851-53); - Serpa Pinto (1878-79); - Ivens e Capelo (1867-70-74); e - Maia Cardoso (1889-90).
Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> - Mungo Park (1795-97; 1805-06); - Denham e Clapperton (1823-25); - Barth (1850-51); - Livingstone (1858-64); - Samuel Baker (1864); -Cameroon (1873-75); - Burton e Speke (1857-58); - Speke e Grant (1862-64); e - Stanley (1871-79).
França	<ul style="list-style-type: none"> - Caillié (1827-28); - Foureau e Lamy (1898-1900); - Faideherbe (1854); - Brazza (1875-90); e - Marchand (1897-98).
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> - Krapf e Rebmann (1847-49); e - Rohlfs e Nachtigal (1869-73).

Organizado pelo Autor.
Fonte: (CASTRO, 1981).

APÊNDICE B - Formação de uniões efêmeras nos movimentos de emancipação africana

Nome Bloco	Colônias	Ano
Estados Unidos da África	Gana e Guiné.	xxx
RDA (<i>Rassemblement Democratique Africain</i>)	Guiné e Mali.	1956
Federação do Mali	Senegal, Dahomé, atual Benin, Sudão e Alto Volta, atual Burkina Faso.	1959
União dos Estados Africanos	Guiné, Mali, Libéria e Mauritânia.	1959
União Sahel-Benin	Togo, Costa do Marfim, Dahomé, atual Benin, Alto Volta, atual Burkina Faso e Níger.	1960
Senegâmbia	Gâmbia e Senegal.	xxx
Grande Somália	grupamentos localizados na Cornucópia africana.	xxx

Organizado pelo Autor.
Fonte: (CASTRO, 1981).

APÊNDICE C - Formação de blocos regionais africanos

Bloco	Países Membros	Ano
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara: Líbia, Mali, Chade, Níger, Sudão e Burkina Faso.	1998
PTA COMESA	Área Preferencial de Comércio para o Leste e Sul da África e Mercado Comum para o Leste e Sul da África: Angola, Botsuana, Burundi, Lesoto, Malawi, Moçambique, Quênia, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.	xxx
CLA (EAC)	Comunidade do Leste Africano (<i>East African Community</i>): Quênia, Uganda, Tanzânia, Burundi e Ruanda.	1999
CEEAC (ECCAS)	Comunidade Econômica dos Estados da África Central: Angola, Burundi, Cameroun, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné-Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo.	1981
CEDEAO (ECOWAS)	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.	1975
AID (IGAD)	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (<i>Intergovernmental Authority for Development</i>): Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Uganda e Eritreia.	xxx
CDSA (SADC)	Comunidade de Desenvolvimento Sul Africano: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.	1980
UMA (AMU)	União do Maghreb Árabe: Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia.	1964

Organizado pelo Autor.
Fonte: (CASTRO, 1981).

APÊNDICE D - Costa oeste africana: indicadores econômicos e populacionais

País (Atlântico)	População (milhares)	Área (milhares de km ²)	Densidade Populacional (pop./km ²)	PIB Paridade Poder Compra (PPP) (US\$ milhões)	PIB per Capita (Convertido PPP, US\$)	Taxa Crescimento Anual PIB (Média entre 2006-2014)
África do Sul	53.140	1.219	44	683.147	12.856	2,8
Angola	22.137	1.247	18	175.540	7.930	7,0
Benin	10.600	115	92	19.847	1.872	4,3
Burkina Faso	17.420	274	64	30.081	1.727	6,1
Cabo Verde	504	4	125	3.286	6.525	3,7
Cameroun	22.819	475	48	67.225	2.946	3,8
Congo	4.559	342	13	28.090	6.162	4,8
Congo, Rep. Dem.	69.360	2.345	30	55.731	804	6,6
Costa Marfim	20.805	322	65	71.952	3.458	3,7
Etiópia	96.506	1.104	87	139.434	1.445	10,6
Gabão	1.711	268	6	34.280	20.032	4,3
Gâmbia	1.909	11	169	3.362	1.761	3,3
Gana	26.442	239	111	109.392	4.137	7,0
Guiné	12.044	246	49	15.312	1.271	2,4
Guiné Bissau	1.746	36	48	2.502	1.433	3,0
Guiné Equatorial	778	28	28	25.331	32.557	2,1
Libéria	4.397	111	39	3.771	858	7,4
Marrocos	26.473	447	75	254.362	7.595	4,4
Moçambique	26.473	799	33	29.757	1.124	7,3
Namíbia	2.348	824	3	23.592	10.048	4,7
Nigéria	178.517	924	193	1.057.831	5.926	6,3
São Tomé e Príncipe	198	1	206	612	3.093	5,6
Senegal	14.548	197	74	33.678	2.315	3,4

Serra Leoa	6.205	72	86	12.893	2.078	8,1
Togo	6.993	57	123	10.182	1.456	4,2
Zâmbia	15.021	753	20	61.786	4.113	7,8
África (Total)	1.136.526	30.066	38	5.432.451	4.826	4,8
Brasil (2014)	200.400	8.515	23	1.800.000	9.000	0,1

Organizado pelo Autor.

Fontes: *African Economic Outlook (AEO)*.

Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org>. Acesso em: 10 jul. 2015; e (BRASIL. IBGE, 2014).

APÊNDICE E - Portos ao longo da costa africana

País	Porto
Marrocos (A)	Rabat; Tangier; Port Lyautey; Casablanca
Sahara Ocidental (A)	xxx
Mauritânia (A)	xxx
Senegal (A)	Dakar; Saint Louis
Cabo Verde (A)	São Vicente
Gâmbia (A)	Bathurst
Guiné-Bissau (A)	xxx
Guiné (A)	Conakry
Serra Leoa (A)	Freetown
Libéria (A)	Monróvia
Costa do Marfim (A)	Abdijan
Gana (A)	Cape Coast
Togo (A)	Lomé
Benin (A)	Cotonou
Nigéria (A)	Port Hartcourt; Lagos; Apapa
Cameroun (A)	Douhala
Guiné Equatorial (A)	xxx
Gabão (A)	Port Gentil; Libreville;
Congo (A)	Point Noire; Brazzavile
Cabinda (A)	XXX
Congo, (RDC) (A)	Matadi
Angola (A)	Luanda; Lobito; Benguela
Namíbia (A)	Walvis Bay; Port Nolloth; Luderitz;
África do Sul (A/I)	Cape Town (A); Saldanha Bay (A); Richards Bay(I); Port Elizabeth (I); East Londn (I); Durban (I)
Moçambique (I)	Maputo; Beira
Madagascar (I)	Tamatave
Tanzânia (I)	Dar es Salaam
Quênia (I)	Mombassa;
Somália (I)	xxx
Djibuti (V)	Djibuti
Eritréia (V)	xxx
Sudão (V)	Port Sudan; Khartoum
Ilhas Maurício (I)	Port Louis
Ilhas Reunião (I)	Saint Denis
Ilhas Seychelles (I)	Victoria-Mahe
Egito (M/V)	Port Said; Alexandria
Líbia (M)	Tobruk; Trípoli
Tunísia (M)	Sfax; Tunis;
Argélia (M)	Oran; Argel

Organizado pelo Autor.

Nota: Atlântico (A); Indico (I); Mar Vermelho (V); e Mediterrâneo (M).

Fonte: (CASTRO, 1981); (MARTINS, 1986).

APÊNDICE F - Cooperação em capacitação na MB: Brasil – África 2015

Instituição Ensino PAÍS	CIAA	CIASC	CIAW	EN	EGN	Total
Angola			13	4	2	19
Cabo Verde	1	1		2		4
Namíbia	50	8		7		65
São Tomé e Príncipe	1	3	3			7
Senegal	2	3	1	6		12
Moçambique				1	1	2
Nigéria				1		1
Total	54		17	21	3	110

Organizado pelo Autor.

Fonte: (CIAA, CIASC, CIAW, EN, EGN, 2015).